

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

LARA BASSANI DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
IMPLANTADAS NO MUNICÍPIO DE SERRA**

VITÓRIA

2014

LARA BASSANI DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
IMPLANTADAS NO MUNICÍPIO DE SERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Vicente de Paulo Colodeti

VITÓRIA
2014

LARA BASSANI DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
IMPLANTADAS NO MUNICÍPIO DE SERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof. Vicente de Paulo Colodeti, FCSES - Orientador

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me proporcionado saúde, força e determinação para trilhar essa longa caminhada.

À todos os professores que me acompanharam durante a graduação, especialmente ao meu orientador Professor Vicente de Paulo Colodeti com sua paciência e atenção durante o desenvolvimento deste trabalho, à professora Aline Pandolfi Fardin que fez suscitar em mim o interesse pelo estudo do tema deste trabalho durante a realização de um projeto de Iniciação Científica como minha orientadora, às professoras Virgínia Pertence Couto e Tânia Maria de Araújo ministrando as disciplinas deste último período compreendendo nossas angústias e cansaço durante o período e sempre prontas para nos escutar mesmo que nos lamentos das dificuldades encontradas durante a elaboração deste trabalho.

Aos profissionais do CAPS AD III onde tive a oportunidade de realizar estágio e muito aprender, em especial à minha Supervisora Rosana Marangoni e a assistente social Graça Seabra de Melo que muito contribuíram na minha formação sempre atentas aos meus questionamentos e dúvidas, dispensando com todo zelo e atenção seu tempo que por muitas vezes era escasso.

À toda a minha família em especial minha mãe e a minha irmã que sempre me apoiaram, ouviram minhas angústias sempre com palavras de conforto e força para continuar e pela compreensão na minha ausência nos últimos meses.

À todos os meus amigos que souberam respeitar o momento em que não pude estar presente e se disporo a me ajudar sempre que preciso.

Aos meus colegas de classe que me acompanharam durante toda a graduação nos estudos em grupo, nas conversas nos corredores, todos sempre caminhando junto para alcance do objetivo que tínhamos em comum de nos tornarmos grandes profissionais na área em que escolhemos.

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de estudo das Políticas de Trabalho, Emprego e Renda implantadas no município de Serra. Consiste na descrição das ações da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) do município supracitado e discussão referente à concepção de trabalho por esta secretaria que atende ao respectivo município e suas políticas no que tange ao mercado de trabalho e suas peculiaridades. Neste estudo foram exploradas teorias relevantes ao tema que fornecem embasamento científico à pesquisa. Sua realização foi possibilitada a partir de análise qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado, obtivemos uma reflexão acerca das Políticas de Trabalho, emprego e Renda pautada na concepção da categoria trabalho pela secretaria em destaque dentro de suas possibilidades mediante as exigências do contexto capitalista. Neste estudo puderam ser identificadas as dificuldades enfrentadas nas relações entre empregado e empregador e na mediação desta por intermédio da SETER, bem como os seus avanços e pontos de relevância que poderiam ser mais bem trabalhados no intuito de aumentar a abrangência de suas ações.

Palavras-chave: Trabalho, Emprego, Renda, Políticas de trabalho, capitalismo.

ABSTRACT

The present study addresses research policies of Labor, Employment and Income Policies implemented without the municipality of Serra. Description shares consists of the Department of Work, Employment and Income (SETER) above the city and discussion regarding the conception work secretary meets by this to your respective municipality and policies no relation to the work Market and your quirks. Were these study explored theories relevant subjects provide scientific research foundation. His achievement was made possible from the qualitative analysis with bibliographical and documentary research. As a result, we obtained a reflection about the work, employment and income policies guided the design category work for secretariat featured within their means by making demands capitalist context. In this study could identified as difficulties be in relations between employer and employee mediation and through this SETER, as well as their progress and points of relevance could be better worked without intent to Increase the scope of their actions.

Keywords: Work, Employment, Income, Work Policies, Capitalism

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Ações e Serviços Realizados pelo Programa SETER nos Bairros, Serra (ES) - 2013.....	19
Tabela 02 – Distribuição de Emprego Formal por Setor de Atividade Econômica na Região Metropolitana da Grande Vitória em 2012	19
Tabela 03 – Renda, Pobreza e Desigualdade – Serra - ES	24
Tabela 04 – Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – Serra - ES	27
Tabela 05 – Domicílios Particulares Permanentes, por classe de rendimento Nominal Mensal Domiciliar – Serra – ES – 2010.....	31
Tabela 06 – Número de Vagas Captadas e Preenchidas pelo SINE da Serra Anualmente 2008 - 2011	35
Tabela 07 – Números de Turmas e Alunos por Cursos de Qualificação Profissional – Serra – ES - 2013.....	38

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

PIB – Produto Interno Bruto

PLR – Participação nos Lucros ou Resultados

SETER – Secretaria de Trabalho Emprego e Renda

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PlanTeQ – Plano Territorial de Qualificação

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

SINE/SERRA – Sistema Nacional de Empregos da Serra

SINE – Sistema Nacional de Empregos

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

IMO – Intermediação de Mão de Obra

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 CONCEITUANDO MERCADORIA E VALOR.....	23
2.2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	28
2.3 SURGIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	31
2.4 A INFORMALIDADE DO TRABALHO	35
2.5 A ABORDAGEM DA TEMÁTICA TRABALHO NO BRASIL	39
2.6 ESPÍRITO SANTO E O MUNICÍPIO DE SERRA	42
3 METODOLOGIA	49
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	49
3.2 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	50
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	50
3.4 COLETA DE DADOS	50
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS	51
3.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	73

1INTRODUÇÃO

A presente pesquisa consiste em estudo e sistematização para aprofundamento teórico da concepção de trabalho no sistema capitalista, caracterizando e evidenciando as políticas de trabalho e geração de renda a partir de análises do conceito de trabalho e formas de implementação das políticas de trabalho e geração de renda no município de Serra, que será o campo de pesquisa deste trabalho.

A categoria trabalho discutida por diversos autores apresenta divergências de concepção e de sentido no que concerne a sua relação com o homem. Trabalharemos nesta pesquisa com base nas categorias expostas e discutidas por autores conceituados da história e da atualidade como Marx (2013), Antunes (2000), Tavares (2002) e Lukács (1979), Theodoro (2000), dentre outros. O sistema capitalista apresenta contradições em diversos aspectos que permitem discussões acerca do tema, as quais serão destacadas e detalhadas no decorrer deste trabalho.

Aduzindo a discussão para compreensão do debate sobre o tema trabalho, emprego e geração de renda e suas políticas, deve-se destacar a concepção de trabalho nas suas diversas inconsonâncias a partir dos estudos de autores que se dedicaram ao tema em questão.

Marx (2005) retrata trabalho como formador do indivíduo em parte da sociedade, um meio interação social, ainda que no sistema capitalista este se apresente como modo de exploração do capital através da criação de riqueza, que pode ser entendida por mercadorias, visto que a riqueza, neste sistema, é determinada a partir da acumulação de mercadorias. O trabalho é entendido como unidade de medida na criação de valor da mercadoria.

Iamamoto (2012) apresenta o trabalho como atividade que possibilita ao homem a satisfação de necessidades perante a natureza e outros indivíduos. O homem se distingue da natureza e se coloca como ser social a partir das atividades de trabalho, próprias do ser humano. É o homem o único ser que antes de executar determinada atividade planeja e imagina o resultado do trabalho, é também único a criar meios e instrumentos de trabalho. O trabalho satisfaz necessidades ao tempo que cria novas necessidades.

lamamoto (2012) aborda também o acesso ao trabalho como condição de sobrevivência da maior parte da população. Considera a capacidade de trabalho uma potência a ser exercida quando aliada a meios e condições de trabalho pertencente ao capitalista a quem o trabalhador se submete. Trazendo ideia do trabalho alienado¹, onde o indivíduo é indiferente ao produto do seu próprio trabalho.

Lukács (1979) retrata o trabalho como atuação do homem na natureza, desenvolvendo suas potencialidades de executor sobre ela e, ainda assim, contraditoriamente é por ela transformado. O trabalhador faz da natureza um meio para exercer seu poder sobre as coisas. Ele usa a potência existente na natureza a seu favor, condicionando-a ao seu poder, caracterizando objetos e forças da natureza como meios.

A escolha do tema para realização desta pesquisa se deve a realização de um Projeto de Iniciação Científica sob a Orientação da Professora Msc. Aline Pandolfi Fardin, e em conjunto com colega de graduação, Thiessa Santana. O projeto foi finalizado em julho de 2014, o qual gerou um relatório final versando sobre a temática trabalho e suas concepções nas secretarias responsáveis por essa área nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, o que me permitiu certa aproximação com a temática. Nesta oportunidade pudemos conhecer um pouco dessas secretarias e de suas ações voltadas para o mundo do trabalho. Como o resultado da pesquisa nos apresentou certa heterogeneidade na visão e concepção de trabalho, emprego e renda nestes municípios, me despertou o desejo de me aproximar mais dos resultados de uma dessas secretarias para compreender seus objetivos a partir das ações implementadas neste aspecto.

Para a escolha do município a ser destacado nesta pesquisa, foi optado por aquele que apresentou no desenvolvimento do Projeto de Iniciação Científica maior número de ações voltadas à realidade vivenciada pelo município, esboçando maior tentativa de conciliação entre empregado e empregador, no que se destacou a secretaria do município de Serra, por se diferenciar das outras que apresentam ações mais administrativa e menos interessada nas relações sociais, ainda que todas as secretarias se vejam na condição de subordinação às definições estaduais e

¹ Categoria de Karl Marx que designa o trabalho distanciado do trabalhador/executor da atividade que origina a mercadoria. Marx, K. O capital: Crítica da economia política (1983)

federais, o destaque de Serra se apresentou na busca de meios para atender às demandas com maior aproximação os com usuários do serviço.

Tendo em vista a importância da realização desta pesquisa é justificativa que incitou o desejo pela abordagem da temática trabalho, a importância ao desenvolvimento das atividades do assistente social, a compreensão das políticas de trabalho desenvolvidas no município de atuação e no estado, visto que a ação profissional está também presente nos encaminhamentos referente à situação de desemprego, enfrentados pelos usuários e seus familiares. Isso permitirá uma atuação próxima da realidade, atendendo a demanda do usuário com maior compreensão da sua necessidade e das políticas a que pode ser inserido no intuito de atingir resultados positivos a partir da sua ação profissional em relação as particularidades dos usuários e dos serviços que são oferecidos àquela população específica.

Não apenas ao trabalho realizado no município de Serra este estudo poderá servir como mais uma fonte de pesquisa na contribuição para um arcabouço teórico de diversas áreas de atuação, devido à abrangência das relações de trabalho que impactam direta ou indiretamente em diversas áreas. Este estudo explana a categoria trabalho da maneira como o modo de produção capitalista repercute na sua relação com a população a que se relaciona. Sendo o capitalismo o modo de produção adotado por quase todo o planeta, pode-se identificar suas características reais de implementação em todo e qualquer grupo, como no caso do município analisado no momento.

Muito se discute a respeito da necessidade de realização de pesquisas na área do Serviço Social de maneira a alimentar o arcabouço teórico para melhor fundamentar a prática de seus profissionais, atribuindo credibilidade ao seu trabalho diante de outras profissões e de seus usuários. Dessa forma, esta pesquisa pretende oferecer mais uma fonte teórica específica da área do Serviço Social, abarcando o tema trabalho, presente na atuação de número significativo de profissionais de Serviço Social, como forma de realizar a ação deste profissional com embasamento teórico e compreensão das políticas do município de atuação.

Este trabalho se desenvolve a partir da descrição das políticas de trabalho e da evidência das ações da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do município de Serra, para levantar uma discussão com o intuito de permitir uma compreensão no que tange aos objetivos da secretaria e sua visão como agente que intermedia o

relacionamento entre empregados e empregadores. Pretende-se, portanto, identificar a ação da secretaria em evidencia no âmbito do trabalho de acordo com as mudanças operadas neste cenário nos últimos anos.

A pesquisa servirá também para que sejam identificadas as formas e motivações de ação desta secretaria e o questionamento quanto ao rumo que se pretende prosseguir em relação a essa temática que nos últimos anos, conforme será abordado nos capítulos seguintes tem apresentado acentuadas transformações estruturais.

O capítulo 02 apresenta o referencial teórico utilizado para esta pesquisa, bem como a abordagem dos autores utilizados para fomentar as discussões a cerca do tema tratado neste estudo, o capítulo retratará a temática trabalho a partir da concepção de diversos autores, bem como a trajetória desenvolvida por esta categoria desde a concepção de Marx (2013) do conceito de mercadoria, seus questionamentos em relação a utilização da força de trabalho e o papel do indivíduo como ser social neste âmbito, passando pelas transformações do mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, o surgimento das políticas sociais e políticas de trabalho e a informalidade e o fechamento deste capítulo reflete esse desenvolvimento com relação ao tratamento da temática no Brasil. Aspectos estes explorados por autores que se dedicaram a essa temática como Antunes (2000), Tavares (2002) e Lukács (1979), Theodoro (2000), Harvey (2013) dentre outros.

No terceiro capítulo de maneira sistemática e a partir de autores referência no que se trata de metodologia científica, será elucidada a metodologia utilizada no decorrer deste estudo, para obtenção das respostas ao problema pesquisado e atendimento aos objetivos desta pesquisa, evidenciados nesta introdução.

O capítulo 04 nos fornece uma imersão no campo de pesquisa utilizado para este estudo que se apresenta no município de Serra, através das políticas de trabalho, emprego e renda viabilizadas a partir das ações da secretaria voltadas para a este ramo no município em destaque, a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER). Neste capítulo são apresentados dados estatísticos que permitem a visualização das ações desta secretaria, bem como as ações e políticas implantadas para atendimento da população no que se refere às questões de trabalho, emprego e renda. Com os dados em destaque é realizado um confronto da realidade ilustrada

e as teorias exploradas no capítulo 02, o que nos permite compreender a trajetória do município e suas dificuldades enfrentadas.

Por fim, o quinto capítulo relata as considerações finais da pesquisa, são sintetizadas as respostas que a pesquisa proporcionou a partir das análises realizadas no desenvolvimento da pesquisa, é neste momento que se identifica a efetiva importância na realização da pesquisa e sua satisfação ao atendimento às propostas do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUANDO MERCADORIA E VALOR

Para iniciar a abordagem da categoria trabalho, faz-se necessário apresentar algumas teorias bastante discutidas por alguns autores que se dedicaram nos estudos e análises do tema.

Iniciamos com a descrição do conceito de mercadoria, apresentada por Marx (2013), que permitirá maior aprofundamento da temática abordada nesta pesquisa. Temos por conceito de mercadoria, segundo Marx (2013), um elemento ou objeto que possui propriedades e a partir de suas características tem o efeito de satisfação de necessidades, seja ela do âmbito material ou imaterial, que seja proveniente de necessidades fisiológicas ou decorrentes do mundo dos desejos. É a mercadoria, unidade de medida da riqueza, podendo afirmar que a riqueza de uma sociedade capitalista está na sua capacidade de acumulação de mercadoria.

Em análise dessas afirmações sobre o conceito de mercadoria, Carcanholo (2012) traz a reflexão de sua interpretação da teoria marxista neste aspecto. Segundo Carcanholo (2012) não há uma definição simples de riqueza significar mercadoria, ou que riqueza seja dinheiro, até mesmo porque o dinheiro possui valor apenas por possibilitar a compra de mercadorias, e esta pode ser considerada como elemento formador da riqueza.

Podemos, dessa maneira, entender que a mercadoria pode ser analisada por outro aspecto, a partir de sua capacidade de permuta. Ela possui valor que permite efetuar a sua troca por outras mercadorias (CARCANHOLO, 2012). E é a partir de uma análise nesse aspecto que Marx (2013) vai nos apresentar os termos: “[...] valor de uso [...]” (MARX, 2013, p. 57) e “[...] valor de troca [...]” (MARX, 2013, p. 57). Esse primeiro nos remete a utilidade do objeto, tem-se o seu valor a partir do seu caráter útil. Temos, portanto, que:

[...] O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca (MARX, 2013, p. 58).

O segundo termo apresenta a capacidade de troca do objeto, no intercâmbio de “[...] valores de uso [...]” (MARX, 2013, p. 57) diferentes, na medida em que são permutados. As mercadorias podem ser trocadas por quaisquer outras, nas suas diversas proporções de troca, a partir da análise quantitativa do valor de cada mercadoria (MARX, 2013).

Carcanholo (2012) reflete a conclusão de Marx (2013):

Então, a conclusão do nosso autor é a seguinte: a) se é certo que o valor de troca é relativo e se ele possuísse uma explicação científica, ela não se encontraria na mercadoria (“imane” a ela) cujo valor-de-troca perguntamos; a explicação deveria ser encontrada em ambas as mercadorias em conjunto: na que se está à esquerda e na que está à direita da igualdade; b) no entanto, se o valor de troca fosse puramente casual, não teria nenhum sentido buscar uma explicação para ele; as coisas casuais não têm explicação científica, exceto por meio da lei das probabilidades, o que na verdade não é o que interessa aqui (CARCANHOLO, 2012, p. 6).

Sendo assim, o autor apresenta que não se pode buscar a explicação da teoria do valor apenas no núcleo da mercadoria sem considerar o seu vínculo com outras mercadorias. No entanto: “Não existe outra maneira de superar essa conclusão preliminar – de superar o nível aparential – senão a própria observação dos fenômenos” (CARCANHOLO, 2012, p. 6).

Ainda sob a análise do valor da mercadoria, Marx (2013) faz um recorte que nos permite visualizar a presença do trabalho e o seu respectivo valor. Para tal compreensão o autor sugere uma análise a partir da abstração do “[...] valor de uso [...]” (MARX, 2013, p. 60) da mercadoria. Dessa maneira, mantêm-se apenas o caráter de resultado de determinado trabalho. Destituindo também o caráter útil desta mercadoria, esta perde qualquer característica material, deixando também de ser resultado de um trabalho específico. É fato, então, que ao se abstrair o caráter útil do fruto trabalho, abstrai-se também a característica útil desse trabalho, que Marx (2013) chama de “[...] trabalho concreto [...]” (MARX, 2013, p. 60). Neste aspecto então, todo e qualquer trabalho, se limita ao que Marx (2013) vai chamar de “[...] trabalho humano abstrato [...]” (MARX, 2013, p.60). É, então, nessa abstração do trabalho que se origina o trabalho humano geral, sem qualquer atenção à forma em que este foi aplicado. Temos, dessa maneira, produtos originários apenas de uma força de trabalho independente da singularidade de sua execução (MARX, 2013).

Qualquer bem ou mercadoria, detêm um valor que só existe devido ao trabalho nele empregado, o “[...] trabalho abstrato [...]” (MARX, 2013, p. 60). Torna-se necessário, então, determinar uma medida para este valor. Para isto, esse valor passa a ser medido a partir do tempo de trabalho gasto na execução ou produção de cada mercadoria, visto a necessidade de um padrão referencial para compor este valor. Sendo assim, se utiliza um cálculo médio do trabalho necessário para produção daquele bem ou mercadoria. Marx (2013), então, vai denominar essa média de “[...] tempo socialmente necessário para produção de uma mercadoria [...]” (MARX, 2013, p. 61).

Partindo desse aspecto ilustrado por Marx (2013), temos que, as mercadorias que exigem a mesma quantidade de trabalho empregado, possuem o mesmo valor. A partir dessa análise do fundamento do valor, conclui-se que o intercâmbio das mercadorias são realizados com base na proporção de trabalho nelas empregado. “[...] O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra [...]” (MARX, 2013, p. 61).

Em continuidade ao tema trabalho, com a compreensão da categoria mercadoria, iremos realizar uma análise a partir de outra obra de Marx (2007) que irá versar sobre o “[...] trabalho alienado [...]” (MARX, 2007). A sociedade capitalista toma a força de trabalho dos trabalhadores, em essência, como uma mercadoria, visto que vende a sua força de trabalho para o capitalista em troca de salário o que exige um cálculo de valor para atividade exercida.²O autor supracitado afirma ainda que o trabalhador perde valor com o aumento da produção, quanto mais ele produz a sua mercadoria, o trabalho reduz o valor. Marx (2007) chama de desvalorização do mundo humano o aumento do valor do que denomina, de mundo dos objetos. Ao passo que o homem cria riqueza o trabalhador empobrece. Quanto mais bens produz, menor o seu valor como mercadoria.

O produto do trabalho torna-se visível quando agregado a um objeto e transmutado em algo físico, a essa realização Marx (2007) denomina de “[...] objetificação do

²Oras, a força de trabalho não teria uma determinada utilidade (valor de uso) e um determinado tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução de si (valor de troca)? Então a força de trabalho do proletariado deve ser encarada como uma legítima mercadoria ainda que com uma característica peculiar: é aquela que permite criar mais valor no processo produtivo. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVERIA, 2002)

trabalho [...]” (MARX, 2007). Quando se executa o trabalho concomitante a ação de produção é realizada a objetificação do trabalho humano. Sendo assim, com o trabalho executado e empregado ao produto final o trabalhador se distancia do produto da sua própria força de trabalho o que Marx (2007) denomina alienação do trabalho. Integra a alienação do trabalho a sua distância em relação ao trabalhador, o trabalho não é parte integrante ou inerente do indivíduo trabalhador, não sendo realizado para satisfazer uma necessidade, mas para permitir a satisfação de outras necessidades. A característica alienada do trabalho advém também de não pertencer ao seu executor, mas ser realizado para outrem, o empregador (MARX, 2007).

A alienação do trabalhador em seu objeto é expressa da maneira seguinte, nas leis da Economia Política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado o seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza (MARX, 2007)³.

É interessante ressaltar que a partir dessa análise de Marx (2007) é notória a importância do trabalhador no processo de produção e que quanto mais próximo ele está dessa produção mais estranhado do produto se torna, há um rompimento em relação ao produto do seu próprio trabalho e o trabalhador que apenas vende sua força de trabalho. Tais afirmativas nos permitem notar o distanciamento do trabalhador em relação a sua produção. O produto aparece independente do produtor, sendo a ele estranho (MARX, 2007).

Segundo Marx (2013) o capitalista não produz mercadorias por amor aos valores de uso, o seu interesse está no valor de troca agregado a ela. São dois os objetivos:

Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria; além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia) (MARX, 2013, p. 220).

Sendo assim, o interesse do capitalista está apenas no “[...] valor de troca [...]” (MARX, 2013, p. 220), de onde poderá inserir maior valor ou valor excedente como

³ Citação retirada de transcrição da obra: “Manuscritos Econômico-filosóficos”, texto retirado da internet, não havendo, portanto, numeração de página.

forma de obtenção de lucro em cima dos meios de produção e força de trabalho utilizados na produção do “[...] valor de uso [...]” (MARX, 2013, p. 220), que será destinado à venda em forma de mercadoria.

Muitos estudiosos se dedicaram ao estudo do trabalho, a partir dessas constatações citadas acima descritas por MARX (2013). Dessa maneira, Antunes (2010) destaca a dúplice dimensão do trabalho humano social referente ao trabalho concreto e trabalho abstrato. Para o autor, o valor das mercadorias é determinado a partir do caráter abstrato do trabalho, do dispêndio de força de trabalho, ou mesmo do tempo, o trabalho é também dispêndio de força de trabalho aplicada a determinado fim conferindo-lhe caráter concreto, útil, o que irá produzir o que Marx (2013, p. 220) denomina “[...] valor de uso [...]”. Sendo assim, a dimensão concreta se subordina à abstrata (ANTUNES, 2010).

A partir da análise dupla do trabalho em caráter abstrato e concreto, Antunes (2010) conclui:

Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato (ANTUNES, 2010, p. 10).

Ao passo que o trabalho é substancial para o capital, é também, causador de sua subordinação, sujeição, estranhamento e reificação, o que transfere ao trabalho a característica de genuíno meio de subsistência, outorgando a ele ordinário caráter de mercadoria, com a finalidade primária de valorização do capital (ANTUNES, 2010).

Com a prevalência da dimensão abstrata do trabalho em relação a sua dimensão concreta, aflora o caráter misterioso ou fetichizado da mercadoria: ela encobre as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho (ANTUNES, 2010, p. 12).

Passemos, agora, para outra importante dimensão do modo de produção capitalista, qual seja: a sua historicidade ao longo do século XX, tendo como referência as crises do capital em 1929 nos anos 1970. Trata-se, evidentemente, de uma breve contextualização e com o objetivo de nos auxiliar no tratamento de nosso objeto de estudo.

2.2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

No século XX destaca-se a “[...] crise da acumulação capital [...]” (ANTUNES, 2000; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; DRUCK; FILGUEIRAS, 2007; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009; HARVEY, 2013; NOGUEIRA, 2009; PEREIRA; STEIN, 2010; SERAINE, 2008; UGÁ, 2006), com a reestruturação produtiva e ajustes estruturais. As relações sociais e de trabalho sofreram a partir disso, profundas transformações, ressaltando o desemprego estrutural, contrato de trabalho temporário, desigualdade e exclusão social e a consequente precarização das condições de trabalho. A partir dessas transformações implica-se maior complexidade das relações de trabalho (ANTUNES, 2000).

A partir das mudanças no mundo do trabalho, o capitalismo indica uma acentuada perda da centralidade do trabalho no sistema capitalista devido a esse distanciamento tratado até aqui. Alguns autores, que acreditam na importância do papel do homem na sua interação com os meios e objetos de trabalho, apresentam aspectos desse meio que indicam efetiva centralidade do trabalho ainda no indivíduo executor. Antunes (2000) defende sua tese contestando tais afirmações que indicam a perda da centralidade do trabalho, de modo a elucidar que a produção de mercadorias advém de uma interação do “[...] trabalho vivo [...]” (ANTUNES, 2000, p. 57) desenvolvido pela força produtiva humana e do “[...] trabalho morto [...]” (ANTUNES, 2000, p. 57) executado a partir de maquinário e/ou equipamentos industriais, o que impossibilita imaginar o trabalho com outra centralidade que não da atividade humana. Ainda assim, relatando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, indica-se uma tendência para qualificação deste, concomitantemente à sua contraditória desqualificação. Iamamoto (2012, p. 88), a respeito de tal contradição refere:

A crescente potenciação do trabalho vivo possibilitada pelo avanço científico e tecnológico, em que a ciência torna-se uma força produtiva por excelência, patenteia o papel essencial que o trabalho cumpre na reprodução da sociedade contemporânea, como substância mesma da riqueza. Contraditoriamente, é o próprio desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que torna o trabalho de muitos descartável à medida que reduz a demanda de trabalho vivo, repelindo um crescente excedente de força de trabalho, que passa a viver um cotidiano pleno de incertezas e inseguranças (IAMAMOTO, 2012, p. 88).

Podemos identificar a partir destes e outros autores indícios da contradição do modo de produção capitalista, que não apenas neste aspecto, desponta diversas questões

que se opõem, e que ilustram a complexidade do sistema e suas fragilidades. Tal fato exige a criação de políticas para minimizar as dificuldades enfrentadas pela população especialmente em relação ao desemprego. A esse respeito, Seraine (2008), compreende que uma das medidas de “enfrentamento” ao desemprego em tempos de crise do capital é o incentivo ao micro e pequeno empreendedor, de tal forma que “[...] o empreendedorismo se autodefine como estratégia fundamental na geração de trabalho e renda.” (SERAINÉ, 2008, p. 280). Nota a citada autora, ainda, que o empreendedorismo pode ser entendido como uma ideologia ou “[...] sistema de ideação organizativo de novas bases de inclusão social na era da reestruturação produtiva ou do ‘fim do emprego’ [...]” (SERAINÉ, 2008, p. 279) ⁴.

Retomando a discussão de Antunes (2000) em relação à categoria trabalho, podemos depreender que, com produção e reprodução da vida humana tem-se a efetivação do trabalho, e este exercido de maneira cotidiana transfere ao homem a identidade de ser-social. Bem como a presença de indivíduos na execução de atividades de trabalho é considerada essencial, o autor destaca a centralidade do trabalho, ainda que em meio a uma revolução no modo de produção industrial com a entrada maciça de maquinário em substituição a determinadas atividades anteriormente exercidas pelo homem, pois é notória a impossibilidade de total substituição do “[...] trabalho vivo [...]” (ANTUNES, 2000, p. 57) pelo “[...] trabalho morto [...]” (ANTUNES, 2000, p. 57), exercendo sim uma interação entre ambos, o que vai expurgar a tese de perda da centralidade do trabalho contestada por Antunes (2000).

É válido notar que o mundo do trabalho passou por diversas modificações no decorrer das décadas. Pode se dizer que o fordismo teve seu início em meados da segunda década do século XX, quando Henry Ford estabeleceu o dia de oito horas e cinco dólares. Porém, é sabido que a construção do fordismo se revelou de maneira muito mais complexa e delongada, principalmente em sua implantação (HARVEY, 2013).

De acordo com Harvey (2013), Ford utilizou de tecnologias existentes e da já desenvolvida divisão do trabalho para reorganizá-las e alcançar aumento da

⁴ Não é à toa que a metade dos pequenos negócios tomados como oportunidades de desenvolvimento aos sujeitos dos dias de hoje são iniciados, ao contrário, como forma de sobrevivência e não como opção (SERAINÉ, 2008, p. 281).

produtividade. Segundo Harvey (2013), Taylor já havia tratado sobre a decomposição dos processos de trabalho na produção como forma de elevar a produção a partir da definição de padrões de tempo em relação ao movimento para execução de determinada ação. Sendo assim, o que remetia ao novo nas ideias de Ford:

[...] era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2013, p. 121).

A aplicação do dia de oito horas e cinco dólares proposto por Ford estava além de impor ao trabalhador disciplina na operação do sistema, havia o desígnio de oferecer aos trabalhadores tempo e renda para que eles pudessem consumir o que as produções em massa estavam criando em números cada vez maiores. Para que essa movimentação do mercado fosse desenvolvida conforme o esperado, era necessário que os trabalhadores soubessem utilizar sua renda de maneira conveniente ao mercado. Para garantir que dessa maneira se sucedesse, Ford enviou às residências de muitos de seus trabalhadores, assistentes sociais para identificar a potencialidade de consumo capaz de atender as perspectivas da corporação. A essa ação não foi dada continuidade, findando-se em pouco tempo, mas já revelava as dificuldades sociais e políticas que o fordismo apresentaria (HARVEY, 2013).

A difusão do fordismo se deparou com alguns empecilhos que o fragilizavam em alguns aspectos. De início, deparou-se com a dificuldade de assentimento com um sistema de produção que exigia pouca habilidade do trabalhador que iria executar por longas horas um trabalho rotineiro e abdicado de qualquer controle sobre o andamento da produção, bem como, sua sistematização. Outro aspecto que impedia a disseminação do fordismo naquele contexto estava no aparelho de intervenção do estado que precisou se refazer no intuito de atender as necessidades fordistas e apenas com a crise do capitalismo na década de 1930 que surge uma nova compreensão de uso do poder do estado. Ainda assim, em meio a um contexto complexo e delicado do capitalismo, o fordismo foi se sustentando e amadurecendo como um regime de acumulação plena (HARVEY, 2013).

2.3 SURGIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Segundo Druck e Figueiras (2007) as políticas sociais surgiram ainda no século XIX ao passo em que se intensificavam a disputa entre os cidadãos livres e o mercado da economia liberal que tinham com fortes características o direito à propriedade privada e livre exploração do trabalho assalariado. Sendo assim, a política social teve sua origem como uma forma de redução da avidez capitalista e a desenvolvimento livre do mercado. Apenas no século XX pôde-se verificar a experiência do chamado “[...] Estado de Bem-Estar Social [...]” (DRUCK; FIGUEIRAS, 2007, p. 25) nos países mais desenvolvidos da Europa. Este se tornou parâmetro para diversos outros países ao redor do mundo. Essa experiência se constituiu, basicamente, em um pacto entre as organizações dos trabalhadores e o capital, com interesse de um lado para a melhor distribuição de renda e de outro um melhor acatamento da ordem capitalista, respectivamente (DRUCK; FIGUEIRAS, 2007).

Como formas de políticas sociais, que surgem o período de crise do capital, surgem os planos Beveridge na Inglaterra e bismarkiano na Alemanha ambos regulados a partir dos direitos do trabalho, uma vez que efetivam garantias aos trabalhadores que de alguma forma estão impedidos de exercer suas atividades de trabalho. Sendo assim, o exercício laboral se constitui em condição de acesso às políticas de seguridade social de acordo com esses modelos supracitados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

É no intuito de oferecer respostas à questão social e suas expressões que se fundamentam a partir da situação de exploração na relação entre capital e trabalho é que surgem as políticas sociais. Até meados do século XX há uma prevalência liberal, que apresenta como característica primordial o trabalho como mercadoria e regulado através do livre mercado, o que pressupõe uma privação da intervenção estatal. O liberalismo conjectura uma redução da intervenção do estado em especialmente com relação às políticas sociais. Este tem como essência o papel individual do homem em busca do seu bem-estar, sendo ele responsável pela manutenção da sua vida e de sua família, de maneira a elidir o Estado desta responsabilidade. Outra característica marcante do liberalismo é aceitar a miséria como algo natural, e decorrente da incapacidade humana. O Estado liberal é

caracterizado também por considerar a política social algo anódino, que deve apenas atender aos incapacitados, que neste caso engloba as crianças, idosos e deficientes. Para os liberais o tratamento da pobreza deve ser realizado em face de redução, pela caridade apenas, e não um dever do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Segundo Behring e Boschetti (2011) as políticas sociais apareceram neste cenário se apresentado de maneira progressiva, a partir de movimentos organizados que foram se desenvolvendo, bem como a pressão exercida pela classe trabalhadora, em contraposição à situação a que se encontrava, aliado de direitos e condições mínimas de trabalho e sobrevivência.

Ainda no século XIX, na França encontra-se indícios de intervenção estatal, que “[...] foram chamados pelos liberais de *Etat Providence* (Estado-providência)” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 66). A primeira ação que vai caracterizar a este novo conceito de Estado, se apresenta no ano de 1898 com uma lei que atende aos trabalhadores que tenham sofrido acidentes de trabalho (EWALD, 1986 e 1996; Renard, 1995 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Behring e Boschetti (2011) relatam sobre o modelo bismarkiano desenvolvido na Alemanha e que se caracteriza com uma estrutura de seguro social. Nesse modelo o acesso aos benefícios por ele ofertado é destinado aos trabalhadores e suas famílias e está condicionado às prévias contribuições. Em crítica a esse modelo surge na Inglaterra o plano beveridgiano com uma nova proposta caracterizada pela responsabilidade do estado na manutenção da vida dos indivíduos, serviços sociais universais e serviços de assistência social. E é a partir de então que inicia a configuração do será chamado “[...] Welfare State [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 94):

[...] uma visão ampliada do Welfare State o concebe como todo o esforço do estado para modificar as condições do mercado e proteger os indivíduos das suas consequências [sic] econômicas e sociais e, nesses termos, seria possível afirmar que ações públicas nessa direção, ainda que “rudimentares” são originárias do século XIX e se ampliariam no século XX (MENY e THOENING, 1989 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 96).

Segundo Behring e Boschetti (2011) com a crise de 1929 houveram significativas mudanças nas políticas sociais desenvolvidas até o momento, em especial nos países no ocidente da Europa. Com os efeitos da crise em conjunto com a situação no pós guerras, torna-se emergencial uma regulação estatal. Para se suplantar o

prisma securitário no intuito de imergir em um plano de seguridade social com as características do chamado Plano Beveridge implantado na Inglaterra é que surge o chamado “[...] *Welfare State* [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 94) ou “[...] estado de bem estar social [...]” (DRUCK; FIGUEIRAS, 2007, p. 25). Segundo Pereira e Stein (2010), no que se refere à política social nesse momento breve momento de “ouro” do capitalismo, houve uma forte inclinação da produção de políticas sociais que ultrapassavam “[...] a tradicional preocupação com o controle da indigência, e com a manutenção da ordem pública, e se associou a um conjunto de direitos e deveres [...]” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 109). Ainda nesse sentido, as autoras citadas acima entendem que: “[...] Dessa forma, as políticas sociais assumiram conotação histórica, institucional e normativa que as diferenciaram das fórmulas de regulação da pobreza dissociadas do estatuto da cidadania [...]” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 109). Ou seja, criou-se uma condição de sustentação dos direitos sociais com exercício de uma cidadania plena (PEREIRA, STEIN, 2010).

Nos anos de 1960 que o fordismo passou a apresentar sinais de desgaste. A alta rigidez estabelecida por esse sistema foi o que culminou na sua fragilidade e incapacidade de se manter forte e perene. O mercado já apresentava a necessidade de flexibilização (HARVEY, 2012).

Segundo Harvey (2012) a transição do modelo fordista para a chamada “[...] acumulação flexível [...]” (HARVEY, 2012, p. 163) gera diversas dúvidas para os estudiosos que analisavam a tendência do capital, sendo assim, passa-se a recorrer aos dados que poderiam ser captados no momento em face de compreensão das céleres transformações que se vinham se apresentando. O único consenso girava em torno de que algo havia mudado na performance do capital a partir da década de 1970.

De acordo com Harvey (2012), a chamada “[...] acumulação flexível [...]” (HARVEY, 2012, p. 140) vai de encontro com a rigidez inerente ao fordismo. Sustenta-se exatamente na flexibilização dos processos, mercado e produtos, é um período de inovação comercial e tecnológica, além de criar uma concentração no emergente setor de serviços. Harvey (2012) também ressalta que esse tipo de acumulação, aliada à mobilidade que surge nesse momento aos capitalistas maiores, exerceu pressão e controle sobre a força de trabalho. A “[...] acumulação flexível [...]” (HARVEY, 2012, p. 140) passa a demandar alto índice de desemprego

estrutural e o inegável declínio do poder sindical. A partir de então, com a reestruturação do mercado de trabalho, a redução do poder sindical e os altos índices de desemprego, os empregadores vão flexibilizar também os contratos de trabalho em prol de benefícios próprios.

Antunes (2007) retrata sobre as profundas transformações da classe trabalhadora, quanto a colocação da força de trabalho humana que passa a ser empregada em parcela significativa no exercício de atividades precárias, parciais e temporárias, além desta estar, ou ter passado, pela situação de desemprego. Configura-se como um fundamento para essa situação, a intenção dos capitalistas em reduzir ao máximo a utilização da força de trabalho humana, a partir do consumo cada vez maior do que denomina “[...] trabalho morto [...]” (ANTUNES, 2000, p. 55).

Com esse quadro que apresenta uma crescente falta de emprego, a classe desempregada passa a buscar qualquer tipo de trabalho, o que tende a elevar a precarização do trabalho de modo geral, além de acelerar a manifestação do desemprego estrutural (ANTUNES, 2007).

A “[...] acumulação flexível [...]” (HAVERY, 2012, p. 140), ainda que diferenciada, em alguns aspectos, das características capitalistas até então apresentadas, é uma forma de capitalismo. Harvey (2012) apresenta três características do modo de produção capitalista que considera invariáveis. A primeira se remete ao crescimento, para manutenção do capitalismo e como seu sustentáculo é essencial um equilíbrio em relação ao crescimento, pois os lucros devem estar em constante crescimento para se asseverar a acumulação de capital. A segunda característica está concatenada ao controle efetivo do trabalho, o crescimento citado tem sua base na exploração do “[...] trabalho vivo [...]” (ANTUNES, 2000, p. 57), portanto temos que o capitalismo está alicerçado à relação capital x trabalho. O terceiro traço básico do capitalismo descrito pelo autor trata a dinâmica do capitalismo em face tecnológica e organizacional, esta por sua vez, torna-se amplamente importante em referência ao controle do mercado e do trabalho, uma vez que interfere diretamente no movimento de luta de classes.

2.4 A INFORMALIDADE DO TRABALHO

De acordo com Tavares (2002), o regime de “[...] acumulação flexível [...]” (TAVARES, 2002, p. 49) estabelece uma readaptação estrutural à economia, o que acarreta em mudanças como a tendência do trabalho informal que apresenta certa contradição na sua existência em meio ao sistema capitalista. A autora traz essa antítese a partir da visão de que se o capitalismo apresentasse uma efetiva forma equilibrada de expansão conforme sua idealização, o trabalho informal apareceria como um retrocesso diante da evolução do capital. Segundo Polanyi (1980, p. 72, apud TAVARES, 2002 p. 50): “A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis [...]”. Porém, o que se observa é que o capitalismo não alcança a integração da economia de livre mercado por si só, sendo necessário a existência do setor de trabalho informal. Mesmo que a sua prática não forneça aumento da acumulação de capital, objetivo primário do capitalismo, o setor informal irá funcionar como uma ação de proteção social demandada pela incapacidade do sistema capitalista em desenvolver-se plenamente.

Ainda sobre o pós-1970 e a crise do capital iniciada nesse momento, Filgueiras e Gonçalves (2009) afirmam que a própria política social transforma-se de forma radical, ou seja, passa a ser tomada como uma política focalizada, de

[...] natureza mercantil, que concebe a redução da pobreza como um ‘bom negócio’ e que transforma o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado, através da transferência direta de renda, e cuja elegibilidade, como participante desses programas, subordina-se a critérios técnicos [...] numa operação ideológica de despolitização do conflito distributivo. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009, p. 116).

Filgueiras e Gonçalves (2009) ressaltam, ainda, que trata-se de uma reformulação da política social que a descola dos direitos sociais executados por programas sociais universais, e que divide trabalhadores em “[...] miseráveis, mais pobres, pobres, não pobres e privilegiados [...]” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2009). É válido notar que as atuais recomendações feitas pelo Banco Mundial aos Estados nacionais periféricos, instituição internacional reconhecidamente influente nos direcionamentos das economias desses países, nos dias atuais, levam em conta uma intervenção no social da seguinte maneira: aos trabalhadores pobres, recomenda-se a criação de programas de trabalho e renda; aos mais pobres e

miseráveis, políticas de transferência de renda; aos não pobres e privilegiados não é preciso exercer intervenções estatais, visto que esses são plenamente competitivos no mercado (UGÁ, 2006).

Ainda no que diz respeito aos países capitalistas periféricos, especificamente em se tratando do Brasil, Theodoro (2000) relata que o setor informal surge a partir dos anos 1970 apenas com essa nomenclatura, pois trata questões pré-existentes, conhecidas por sua baixa produtividade alocado fora do mercado formal e à margem da legislação. Porém, neste contexto em que o capital se apresenta inapto ao fornecimento de subsídio à toda população nele inserido, o trabalho informal passa, então, a ser uma forma de intervenção através de políticas e programas de apoio, que de maneira inicial é executada pelo governo e agências internacionais como a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Theodoro (2000) aborda a historicidade do trabalho informal no Brasil nas últimas três décadas que apresentaram diferentes etapas de atuação do estado em relação à informalidade. Inicialmente, ainda nos primeiros anos da década de 1970, o país, apesar do crescimento econômico, não conseguia reverter a situação de desemprego e subemprego da população. Acreditava-se então, que a informalidade era um meio necessário para atender a situação momentânea em que o país não supria as necessidades da população, mas que atingindo a condição de país desenvolvido o trabalho informal seria extinto. A partir dessa concepção considerada atípica que o estado baseava suas ações no âmbito do trabalho informal neste período (THEODORO, 2000).

Segundo Theodoro (2000) em meados dos anos de 1980 a visão do trabalho informal foi sendo modificada, deixa de ser considerada uma situação transitória e passa a ser um instrumento de combate ao desemprego. A ideia de formalizar o que era informal vai perder efeito e a informalidade será empregada no intuito de enfrentamento da situação de desemprego, como também um resgate à cidadania. Sendo assim, o autor reitera que essa ação do estado está relacionada à cidadania, as políticas nesta vertente passam a ser consideradas políticas sociais. Nesta década então, passa a ser visível um grande número de programas de apoio ao setor informal a partir de ações ligadas ao social, às políticas sociais (THEODORO, 2000).

Já na década de 1990 a informalidade passa a ser encarada de uma nova forma, mais liberal e com ação da sociedade civil. O eixo central dessa nova perspectiva vai ser o apoio ao crédito individual, um incentivo ao pequeno empreendedor de modo que se extingue a possibilidade de erradicação da informalidade, observa-se desde então medidas de incentivo ao trabalho informal, como a exemplo das políticas de microcrédito (THEODORO, 2000).

Sobre as diferentes etapas vivenciadas pelo Brasil nas últimas décadas Theodoro (2000, p 18) afirma:

[...] Nascida dentro de uma perspectiva macro, no sentido de enfrentar as sequelas do subdesenvolvimento, passando a ser, em um segundo momento, componente de uma política social mais global de combate à miséria, essa ação torna-se finalmente, componente de uma ação de regulação da miséria e de gestão das desigualdades [...].

Nesta perspectiva Tavares (2002), apresenta que não se pode dizer que haja alteração a respeito do interesse na classe empobrecida por parte das instituições financeiras. Nesse sentido, o incentivo ao trabalho informal a partir de programas estatais passam a sofrer considerável diminuição, possibilitando uma transferência em relação ao intermédio da proteção social do Estado para as organizações não-governamentais, apenas no intuito de atender minimamente de modo a comedir a força da organização da classe empobrecida que poderia apresentar ameaça às políticas de atendimento ao capital.

O trabalho informal não se apresenta somente para ocupação daqueles que não se inserem no mercado de trabalho formal, ou por mera questão de sobrevivência, qualquer relação de compra de força de trabalho que não se configure relação de assalariamento que apresente a compra e venda de mercadoria se configura como trabalho informal (TAVARES, 2002).

A partir da exposição acima podemos compreender e visualizar algumas das afirmações de Antunes (2005) onde apresenta que a década de 1980 foi palco de profundas transformações no mundo de trabalho dos países capitalistas, o que culminou na mais profunda crise do século para o que denomina classe-que-vive-do-trabalho⁵. As mudanças do mundo de trabalho apresentam um claro salto tecnológico impactando na produção do capital e intensamente nas relações de

⁵ Termo utilizado por Antunes para designar a classe dependente do próprio trabalho para sua sobrevivência. (ANTUNES, 2000).

trabalho. Aparece também neste período em decorrência dessas transformações a heterogeneização, complexificação e fragmentação da “[...]classe-que-vive-do-trabalho[...]” (ANTUNES, 2000, p. 23), o que vai dificultar a organização sindical dessa classe. Com esse novo modelo, temos uma classe trabalhadora imersa numa crise proporcionada pelas mudanças no modo de produção capitalista com novos processos de trabalho em busca da produtividade acelerada, flexibilidade nos processos de produção, mudanças no que se refere aos direitos do trabalho e com conquistas históricas sendo substituídos no universo da produção. Há um aumento da exploração do trabalho, para atender a demanda individualizada do mercado, com um bom tempo e referencia de qualidade tem-se a necessidade de uma produção flexível e com trabalhadores polivalentes.

Vemos que na década de 1980 há um considerável aumento na redução da participação em grande parte dos governos na regulação da economia, bem como no papel de indicador da definição de mínimos no mercado de trabalho. Com a estrutura econômica mundial reorganizada e a partir de sua globalização, o Brasil a partir de 1990 adota limites no intuito de atingir maior grau de desregulamentação e flexibilização do mercado e suas relações com o trabalho. Observa-se que se fala em aumento e não no surgimento da desregulamentação e da fragmentação, isso porque o país sempre apresentou certo índice de flexibilidade no que se trata das relações de trabalho, posto que já era presente a integração do mercado informal de trabalho em considerável parcela de trabalhadores (CAPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2010)

2.5 A ABORDAGEM DA TEMÁTICA TRABALHO NO BRASIL

Fazendo um breve retorno histórico para compreender o desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil é importante destacar o governo de Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940, quando são efetivadas múltiplas leis trabalhistas que irão culminar na elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), prevendo a criação de sindicatos e suas regras e direitos aos trabalhadores como limite da jornada de trabalho, estipula-se o salário mínimo, remuneração de horas extra, o registro na carteira de trabalho, dentre outros (CAPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2010).

Segundo Oliveira (2008) A CLT não prenuncia apenas uma ampliação de direitos do trabalhador.

[...] prevê, também, a regulação da constituição do trabalhador em sujeito coletivo, via sindicato, bem como define as regras de relacionamento entre os sindicatos e as empresas, ou suas entidades representativas (os sindicatos patronais). Ao fazê-lo, inaugura uma política de tutela e controle sobre a organização dos trabalhadores – considerados sujeitos políticos hipossuficientes (OLIVEIRA, 2008, p. 14)

Segundo Tuma, citado por Capelas, Huertas Neto e Marques (2010) em período de ditadura militar as iniciativas objetivavam atrofiar a força dos sindicatos, bem como elidir a estabilidade de emprego dos trabalhadores. Ainda assim, segundo Capelas, Huertas Neto e Marques (2010) é possível afirmar que em meio à ditadura militar houveram deliberações de flexibilização do mercado de trabalho. Não obstante, tais medidas em desacordo com as desenvolvidas nos anos de 1980 não almejam flexibilidade em todas as perspectivas.

Antunes (2000) esclarece essa relação da flexibilização e redução da sindicalização a partir da dificuldade de interação da classe trabalhadora.

[...] Ao longo da década de 1980 pôde-se constatar uma diminuição dos movimentos grevistas nos países capitalistas avançados, que por certo advém das dificuldades de aglutinar numa mesma empresa os operários “estáveis” e aqueles “terceirizados”, que trabalham por empreitada, ou os trabalhadores imigrantes, segmentos que não contam, em grande parte, nem mesmo com a presença de representação sindical (ANTUNES, 2000, p. 72)

Sendo assim, pode-se identificar nesse contexto uma dificuldade de associação dos trabalhadores e criação de uma consciência de classe que seria constituída a partir do sentimento de se pertencer à classe o que culmina em uma forte resistência quanto a formação sindical dos trabalhadores (ANTUNES, 2000).

Os anos de 1990 apresentaram grandes e fortes mudanças em relação ao mundo de trabalho e relações trabalhistas que estavam intimamente ligadas ao neoliberalismo que vinha sendo implantado no Brasil. Neste contexto podemos afirmar que as medidas adotadas pelo governo nesse período se revela com tendência à flexibilização da contratação, da remuneração e da jornada de trabalho. De acordo com as alegações do governo, todas as reformas por ele executadas neste aspecto tinham o objetivo de gerar mais empregos e melhoria na renda dos trabalhadores, além de tornar o país mais competitivo (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012).

Entretanto, Campelas, Huertas Neto e Marques (2012, p. 243) afirmam que

[...] esses foram anos de elevadas taxas de desemprego, de aumento relativo da população sem direitos trabalhistas e previdenciários, bem como de redução de nível médio da remuneração, que atingiu seu valor mais baixo no ano de 2003, apresentando uma pequena recuperação nos anos seguintes, sem que isso, entretanto, fosse suficiente para resgatar o poder aquisitivo de 1996, quanto mais dos anos anteriores.

Para compreensão destas afirmações é importante destacar as consideráveis modificações no mundo do trabalho e suas relações no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Melo, período em que vigoram os princípios neoliberais. No curto período do mandato de Collor o Brasil iniciou a implementação de medidas de abertura comercial. Pode-se dizer que a partir de então, houve aumento nas importações, aumento nas taxas de desemprego e decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB). Neste momento, então, o governo apresentava como justificativa para a competição sofrida a partir de então pelos produtores internos, passou a ser o “[...] alto custo do fator trabalho, principalmente por causa das contribuições sociais a ele associado, ao alto custo das operações portuárias, ao custo do transporte rodoviário, rigidez do mercado de trabalho, entre outros (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012, p.222).

Anos depois, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a flexibilização das relações de trabalho irão aparecer como meio de enfrentamento ao desemprego que vinha se manifestando neste período de maneira vertiginosa. Tal afirmativa se consolidava na facilidade de contratação que as empresas teriam e o baixo custo na contratação de trabalhadores sob essa flexibilidade. Entretanto, o autor pondera que havia também a perspectiva de que a causa do desemprego estava diretamente atrelada à falta de investimento, devido aos altos juros e abertura da economia e não, de acordo com o discurso político-ideológico que vinha afirmar que o desemprego resulta da rigidez das relações trabalhistas (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012).

Em 1994 é estabelecida uma Medida Provisória que provê ao trabalhador seu direito na participação dos lucros da empresa ou resultados da instituição a qual desenvolve atividade de trabalho. Essa Participação nos lucros ou resultados (PLR) se configura em uma pretensão antiga dos sindicatos, porém, a medida da maneira em que foi estabelecida acarretou em mais um aspecto de que oportuniza uma flexibilização das relações de trabalho e da remuneração, visto que existe uma parcela da remuneração do trabalhador que se torna variável, podendo o

empregador reduzir essa parte volúvel da remuneração do empregado conforme as necessidades da empresa em qualquer tempo (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012).

Sendo assim, Campelas, Huertas Neto e Marques (2012, p. 225) vão afirmar que,

[...] por ser um salário variável, a PLR condicionou a remuneração do trabalhador ao seu desempenho e ao da empresa. Dessa forma, o trabalhador passou a confundir o interesse da firma com o seu, o que permitiu que sua força de trabalho sofresse maior exploração.

Outro fator de flexibilização das relações de trabalho foi a desindexação salarial ocorrida no momento de implantação do Plano Real. A partir de então, foi também extinto o reajuste salarial oficial, todas essas medidas foram tomadas sob o argumento do estímulo à “[...] livre negociação [...]” (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012, p. 226). Nestas circunstâncias, devido à crescente situação de desemprego, o movimento sindical encontrou dificuldade na mobilização da classe trabalhadora em luta por melhores condições salariais, o que culminou em uma significativa diminuição das greves no país. Sendo assim, as greves que ainda aconteciam passaram a apresentar outras reivindicações, que anteriormente almejavam a melhoria na remuneração, ampliação de direitos e melhores condições de trabalho, neste momento a luta se torna alcançar a manutenção das condições efetivas, com uma postura de defesa (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012).

Também durante a implantação do Plano Real, no ano de 1994 foram instituídas as cooperativas profissionais, sendo este, um meio de permitir que mesmo sem vínculo empregatício e não configurando como tal, os trabalhadores pudessem desenvolver atividades em empresas. Sendo essa, também uma forma de oferecer mais oportunidades aos trabalhadores, sem deixar de considerar que permite ao empregador reduzir os custos da contratação. Dessa maneira, surgem cooperativas por influência dos empregadores na pretensão exclusiva de contenção de gastos, a partir da diminuição dos encargos, por essa via de compra de serviço (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012).

O contrato por tempo determinado se configura na década de 1990, como uma ação em face da agravante situação de desemprego na década. Essa medida também em benefício dos empregadores, em relação à redução dos gastos na contratação, vai significar outro movimento para evolução de uma flexibilização das relações de

trabalho, bem como a criação nesta mesma legislação do banco de horas, onde os empregadores podem efetuar a compensação das horas trabalhadas pelos seus empregados que excederem à sua jornada de trabalho semanal, ao invés de efetuar o pagamento de horas extra. Tal medida culminou diretamente na redução da remuneração salarial dos empregados, apresentando ainda, uma crescente taxa de trabalhadores exercendo jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, conforme estabelecidas legalmente (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012).

Podemos considerar baseado nas informações destacadas sobre o mundo do trabalho no Brasil, na década de 1990 que houveram significativas mudanças nas relações de trabalho envolvendo empregador, empregado e movimento sindical. O desemprego apresentou-se de maneira marcante à economia brasileira no período supracitado se intensificando a partir das mudanças ocorridas no Brasil que dificultaram a reinserção dos que se encontravam em situação de desemprego no mercado de trabalho formal. E ao passo que subiam as taxas de desemprego, via-se o aumento do tempo de situação de desemprego dos cidadãos (CAMPELAS; HUERTAS NETO; MARQUES, 2012).

2.6 ESPÍRITO SANTO E O MUNICÍPIO DE SERRA

A presente pesquisa visa compreender a atuação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) do município de Serra. Tal secretaria adota ações e políticas voltadas para geração de trabalho, emprego e renda, além de articular ações de qualificação social e profissional, com inserção no mercado de trabalho. O estudo salientará a compreensão de trabalho adotada pela SETER e sua atuação mediante as dificuldades do universo de trabalho, em especial em atenção à classe mais empobrecida e sua necessidade de inserção no mercado de trabalho e importância da qualificação profissional.

Faz-se importante esclarecer o conceito de trabalho e emprego por ser comum a associação dessas palavras de modo a difundir seus significados que no sentido real se diferem. O trabalho propriamente dito se origina relacionado a qualquer atividade de interação entre o homem e a natureza seja ele remunerado ou não. Apenas com a revolução industrial que a partir das relações capitalistas criou-se o conceito de

emprego como uma forma de organização para que se obtenha uma relação estável entre empregado e empregador. Dessa maneira os dois conceitos passaram e se difundir gerando certa confusão no que tange as relações de trabalho e emprego. O conceito de emprego foi se configurando a partir das relações estáveis através de contratos que configuram vínculos, a carteira assinada e os diversos benefícios que passam a fazer parte dos contratos de trabalho que em contrapartida inferem uma subordinação que exigem o cumprimento de regras que podem ser muito rígidas. Com o passar do tempo a condição de emprego inicialmente conquistou tendências de estabilidade que com competitividade do mercado de trabalho foi perdendo essa característica. Dessa maneira o empreendedorismo foi se desenvolvendo como alternativa de inserção no mercado de trabalho diante a dificuldade de inserção ou continuidade no mercado de trabalho formal na condição de empregado (PUPO, 2007, p. 01).

Ainda retratando as relações de trabalho e suas transformações mediante suas características no contexto capitalista Antunes (2000) sobre trabalho e estranhamento conforme destacado no sub item 2.2 deste capítulo, relata que o trabalho é o que possibilita o ato de produção e reprodução da própria vida humana, é a partir dele na cotidianidade que o homem se diferencia de outros seres que não humanos. “[...] É o trabalho condição de existência do ser social [...]” (ANTUNES, 2005. p. 123). A partir de análises que evidenciam essa constatação esboçada acima, através da concepção dos autores supracitados até aqui sobre importância do trabalho na formação do ser social, é notória a necessidade de criação de políticas de trabalho e geração de renda em uma sociedade que não apresenta acesso a todos de maneira universal ao mercado de trabalho. Para que se compreendam as ações e enfoque dado no atendimento a essas e outras demandas evidenciadas e questionadas pelos autores apresentados neste estudo, torna-se indispensável identificar quais as políticas relacionadas ao tema trabalho, em determinada localidade, para que se possa compreender a realidade daquela população.

Diante das discussões apresentadas em relação à categoria trabalho e sua direta interação e efetivação a partir da atividade humana, é inegável a percepção de uma contradição do sistema capitalista que se obstina a excluir, em tendência ilusória de erradicação, o trabalhador do meio de produção capitalista. Porém em discussão

sobre a economia política, Marx (1996) evidencia a importância do trabalhador na geração de valor e acumulação de capital, indicando a inoperância do sistema capitalista desassociado do capital variável, entendido nessa instância como força de trabalho humana. Aponta ainda que o capitalista sem trabalhadores, ainda que proprietário de grande riqueza, não atravessa a característica de mero trabalhador. Pode-se afirmar então que o trabalhador é a principal, senão, a mais importante, fonte de riqueza dos ricos (MARX, 1996).

É muito conhecida a descrição de trabalho de Marx (2013) que se refere a diferença entre o pior arquiteto e a melhor abelha onde afirma que todo arquiteto já possui desde o início de seu trabalho no seu imaginário o resultado do seu trabalho ainda que apenas no campo da imaginação, ele não imprime uma ação de transformação natural apenas, imprime sim sua ação com objetivo de atingir determinado resultado, o qual se concentra em atingir. Sendo assim, o que o diferencia da abelha está no exercício de sua função na colmeia, onde não toma consciência do produto final, executando sua atividade apenas por instinto. Tal afirmativa reflete a dupla transformação, onde ao atuar sobre a natureza é desenvolvido nela as forças ocultas ao passo que o próprio indivíduo se transforma. Sob esta análise marxista que Antunes (2010) retrata que “[...] é através dessa complexa processualidade que trabalho humano social se converte em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana [...]” (ANTUNES, 2010, p. 10).

Todo cidadão e cidadã tem o sonho de se realizar por meio do trabalho e temos o compromisso de fazer com que esse desejo se realize. Num país com uma dívida social como a nossa, isso requer que o governo dê especial atenção aos que por longos anos estiveram excluídos do processo de desenvolvimento do país (ANANIAS, 2008, p. 8).

O estado do Espírito Santo, que possui histórico de desenvolvimento tardio desde o processo de colonização brasileira, tem apresentado nos últimos anos inegável progresso, reduzindo consideravelmente a incidência de pobreza e da desigualdade social. Essa tendência nos apresenta um mercado consumidor mais ativo e um mercado de trabalho em livre expansão e a partir de análises mais detalhadas apontam que o estado vem apresentando destaque em desenvolvimento institucional que pode prenunciar importantes conquistas futuras no estado (BONELLI; VESCOVI, 2010 p. 14-15).

[...] na explicação do desempenho econômico do Espírito Santo é o que se refere à importância dos grandes projetos de investimento, realizados a partir dos anos 70, até o início dos anos 80, como resultado da atração de

investimentos do governo federal, de suas empresas e de empresas de capital estrangeiro. [...] Como seria de se esperar, esses grandes projetos tiveram forte impacto sobre a estrutura produtiva estadual, contribuindo para gerar uma especialização produtiva do estado em *commodities* industriais, de produção em grande escala e intensiva em recursos naturais. Assim, o Espírito Santo transitou em menos de 20 anos de uma economia primária exportadora para uma economia industrial.

O mercado de trabalho oferece indícios do bem-estar da população a partir do seu desenvolvimento. O mercado de trabalho apresenta variações nos seus desdobramentos a partir de diversos fatores como qualificação dos trabalhadores, legislação trabalhista, estrutura produtiva, nível de atividade da economia, entre outros. Dessa forma, no intuito de influenciar positivamente na eficiência do mercado de trabalho são empregados diversos instrumentos de políticas públicas. E a partir de análises que buscam aferir o mercado de trabalho no estado do Espírito Santo em relação aos demais estados, os dados desvelam que o desenvolvimento do mercado no estado do Espírito Santo tende a melhorar de maneira célere em nível elevado se comparado ao do restante do país (REIS, 2010).

De acordo com análise realizada por Reis (2010) a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do período de 1992 a 2008, foi detectado que o estado tem apresentado certos indicadores de mercado inferiores aos apresentados em 1992, porém, ainda assim, o seu desempenho tem se destacado em relação ao restante do país.

Outro dado importante identificado, é que o desempenho do mercado de trabalho está intimamente ligado à escolaridade dos trabalhadores, que indicam que níveis de escolaridade mais elevados permitiriam melhores indicadores do Espírito Santo. Tal afirmativa aponta a relevância de investimento no sistema de educação como mecanismo de melhoria na performance do mercado de trabalho capixaba (REIS, 2010).

Enquanto outros instrumentos, como reformas da legislação trabalhista, não estão ao alcance dos governos estaduais, o nível educacional da população pode ser influenciado por políticas públicas adotadas por estados e municípios. Os benefícios esperados dessas políticas são rendimentos mais elevados para os trabalhadores informais entre os indivíduos ocupados (REIS, 2010, p. 419).

Com maiores investimentos na área da educação, o que pode ser realizado no âmbito municipal, pode afetar positivamente o mercado de trabalho concedendo um melhor desenvolvimento ao estado, além de oferecer bem-estar aos seus cidadãos a

partir de melhores condições de trabalho propiciadas pelo nível de escolaridade (REIS, 2010).

Políticas públicas de modo geral, são ações, metas e planos pautadas pelo governo no intuito de auferir o bem-estar social e interesse público. Mesmo que definidas pelos dirigentes públicos e não pela sociedade em si, o interesse deve estar do lado dos cidadãos que dela irão usufruir, é assim desenvolvido dado que a sociedade não consegue expressar de forma integral suas necessidades, enviando solicitações aos seus representantes no governo que devem mobilizar os membros do poder executivo para atender a essa demanda (SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2008).

A geração de trabalho e renda como política pública compõe a política de trabalho. É a elaboração de novas ou a expansão de unidades de produção, incentivo ao negócio próprio, seja individual ou em associações. Ela propõe o aumento da demanda de trabalho e permite uma melhoria na qualidade da oferta de trabalho. Toda e qualquer política de um modo geral, assim como a de geração de trabalho e renda vai orientar de maneira geral as ações e decisões acerca do tema (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2008).

O objetivo de um programa de geração de trabalho e renda precisa manifestar os objetivos da política da instituição com base nas especificidades do segmento. De maneira mais específica os programas de geração de trabalho e renda podem ser considerados de caráter social, visto que, objetivam a resolução de um problema de ordem pública, a partir de uma carência social relevante (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2008).

A política não pode combater a pobreza sozinha, ela não pode ser considerada uma estratégia de desenvolvimento econômico, mas sim uma alternativa que se faz necessária no quadro atual do mercado de trabalho. Compreende a política de trabalho não somente a política de geração de renda como também o emprego assalariado de qualidade (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2008).

Os beneficiários de projetos de geração de emprego e renda são os pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria, membros de cooperativas e

pequenos produtores associados e devem ser considerados auto-empregados⁶ (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2008).

⁶ Conceito desenvolvido por Pamplona (2001 apud FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2008) para designar aqueles que vivem em situação em que o trabalhador é provedor do seu próprio trabalho, fornecendo a si mesmo seu equipamento, participando diretamente da produção.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para realização do presente estudo, com vistas ao aprofundamento em relação à apreensão e análise das políticas de trabalho e geração de renda, foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa por fazer referência e utilizar-se de dados estatísticos relacionados às políticas de trabalho, emprego e renda no município estudado, para realizar uma análise qualitativa que nos permite uma compreensão da realidade em foco nesta pesquisa, bem como suas características e tendências no contexto capitalista de produção. Por considerar que os dados explorados possuem valor qualitativo, analisados a partir das teorias que concernem a respeito do tema pesquisado. A intenção do estudo se revela quanto à profundidade do assunto e suas particularidades, e não na precisão apenas de dados quantitativos.

O percurso analítico e sistemático, portanto, tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade. Desta forma, a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (MINAYO, 2011, p. 626).

Trata-se de pesquisa da área de ciências sociais aplicadas. A análise qualitativa realizou-se em seguimento da pesquisa do tipo bibliográfica e documental, visto que sua abordagem se funda em teorias e estudos realizados a cerca do tema com indicativos de desenvolvimento na área, bem como o histórico que propiciou a atual abordagem no que se refere a trabalho, emprego e renda. Além disso, o estudo se utiliza de dados coletados e explanados pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do município de Serra, bem como outros órgãos que realizam estudos estatísticos a cerca do tema. Temos dessa maneira como fonte de pesquisa, documentos diversos, bem como, relatórios, compilações estatísticas, folders e de modo geral documentos de consulta, próprios da secretaria analisada. Segundo Gil (2010) a pesquisa documental utiliza diversos tipos de documentos, elaborados por várias finalidades:

O que geralmente se recomenda é que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização. [...] A modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos (GIL, 2010, p.31).

Diante do exposto entende-se que o conceito de documento torna-se bastante amplo. Para realização desta pesquisa especificamente serão utilizados relatórios mensais e anuais de trabalho, material de fins de divulgação, como: panfletos, folders e catálogos e registros estatísticos e muitos destes documentos foram apresentados pelos órgãos responsáveis por meio eletrônico, principalmente disponibilizados em seus respectivos endereços eletrônicos na internet. Estes documentos apresentam as ações da secretaria de acordo com as políticas em vigor e seus resultados para a comunidade e público alvo da atuação do serviço.

A intenção desta pesquisa consiste na contribuição para a prática profissional relacionada ao tema destacado, permitindo uma visão mais elucidada em relação às políticas de trabalho e geração de renda no município de Serra a partir do sistema capitalista, o que poderá permitir maior acesso às informações que oferecem base à intervenção do profissional do Serviço Social, visto que sua ação, dentre outras especificidades, contempla a relação de trabalho, emprego e renda de seus usuários.

3.2 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A realizou-se realizada junto à Secretaria de Trabalho Emprego e Renda (SETER) do município de Serra, Espírito Santo. A referida secretaria atua no planejamento, coordenação e execução de ações relacionadas à geração de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Além de estimular a formação de associações, cooperativas e empresas associadas e promover ações de economia solidária.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A realização da presente pesquisa não contempla a participação direta de sujeitos.

3.4 COLETA DE DADOS

No intuito de atender aos objetivos de pesquisa deste trabalho, foi realizado um mapeamento das políticas de trabalho, emprego e renda implantadas no município

de Serra. Identificadas as ações relacionadas às políticas de trabalho e renda por esta secretaria foram analisados os seus desdobramentos e sua efetividade quanto à demanda do município e as legislações pertinentes.

Para imersão no campo de estudo foi realizada uma visita à Secretaria de Trabalho, Emprego e renda do município de Serra com vistas à uma aproximação com o trabalho desenvolvido, bem como o conhecimento das ações que de fato se desenvolvem na secretaria.

Quanto à coleta de dados, foi utilizado como instrumento de registro de dados: formulário a partir de dados coletados dos documentos utilizados para realização da pesquisa, como relatórios mensais e anuais de trabalho, material de fins de divulgação (panfletos, folders e catálogos e registros estatísticos), para uma visualização de forma sintética, clara e acessível, facilitando a busca por informações na execução da pesquisa.

Para que a leitura das categorias teóricas referentes ao tema estudados fossem base de análise oferecendo à pesquisa credibilidade e consistência com reflexões coerentes, foi realizada nota de todo o material estudado através de fichamento, na intenção de sistematizar as informações que serviriam de apoio e celeridade no desenvolvimento da pesquisa no intuito de confrontar com a realidade constatada e refletir com embasamento teórico adequado e coeso.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Em relação ao tratamento dos dados, os mesmos foram organizados conforme descrito por GIL (2010) por redução e categorização, ou seja, os dados foram relacionados a cada categoria de fundamentação e explanado conforme a abordagem teórica e referenciado pelas categorias que lhe oferecem suporte de implementação.

Sendo assim, a decomposição dos dados coletados nos documentos foi realizada a partir de análise de conteúdo e síntese integradora, contando com uma reflexão dos dados coletados dos formulários e demonstrados em conjunto com as categorias estudadas, objetivando uma visão crítica e relevante ao estudo do tema.

A partir da compreensão das políticas de trabalho, emprego e renda no município, foi realizada uma reflexão das categorias teóricas que propõem uma concepção de trabalho, emprego e renda e que fundamentam tais iniciativas.

Segundo Marconi e Lakatos (2002), sobre a interpretação de dados:

É atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 35).

Nesse sentido, a interpretação dos dados foi realizada a partir de reflexão dos conceitos e teorias pertinentes ao tema e as ações implantadas pela secretaria utilizada como campo de pesquisa para este estudo, no intuito de atender a demanda do município e identificar as características e forma de atuação adotadas pelo município em questão.

3.6 ASPÉCTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em consonância com os aspectos éticos pertinentes à pesquisa de acordo com as diretrizes e normas que regulamentam pesquisas que envolvem seres humanos estabelecidas nos resoluções Nº 196/96 e Nº 466/12 ambas do Conselho Nacional de Saúde, do ministério de saúde.

Para realização da presente pesquisa foram adotados os procedimentos metodológicos supracitados no intuito de obter resultados de cunho científico por embasamento teórico e credibilidade na sustentação das discussões realizadas em consonância com as bibliografias utilizadas neste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Para uma imersão da categoria trabalho em um campo específico, a partir das políticas de trabalho e renda faz-se necessário realizar uma breve descrição do município de Serra, que fora escolhido para realização da pesquisa, e algumas de suas características.

O município de Serra, que a partir da lei estadual nº 9.972/2012 compreende também os bairros: Hélio Ferraz, Conjunto Carapina I e Bairro de Fátima, anteriormente considerados pertencentes à cidade de Vitória, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 apresenta população de 417.893 habitantes, área territorial 547,4km² e densidade demográfica de 763,4hab/km² (SERRA, [2014a]).

O município possui destaque turístico pelas suas belezas naturais privilegiadas pela presença de mar, lagoas, vales e serras. Além de possuir áreas de proteção ambiental, possui ruínas históricas e patrimônios jesuíticos, sendo um dos berços culturais do Espírito Santo, foi fundado ainda no período das capitânicas. Tem o Congo como uma de suas principais manifestações de cultura popular, sendo considerado o congo como parte do folclore do estado. O município está localizado geograficamente em posição que facilita a logística tornando-a uma cidade considerável nos negócios do estado, o que a transforma em uma das cidades mais promissoras do país, apresentando atualmente o 4º PIB entre as cidades brasileiras (SERRA, 2014a).

A prefeitura do município de Serra conta com a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) no planejamento, execução e coordenação das ações relacionadas à geração de trabalho, emprego e renda. Atua também como articuladora na inserção ou reinserção no mercado de trabalho e na qualificação profissional. É função desta secretaria, fomentar a formação de associações e cooperativas. A SETER estabelece canais para representação da sociedade civil, ONGs e população atuante em programas de trabalho, emprego e renda, bem como comissões de emprego (SERRA, 2013).

O Qualifica Serra é um conjunto de ações desta secretaria que tem como um de suas objetivos principais aumentar a formação dos trabalhadores do município a partir de cursos de qualificação social e profissional. O intuito da secretaria com

essas ações é de preparar o cidadão serrano da parcela economicamente ativa para o trabalho (SERRA, 2014b).

São desenvolvidos no Qualifica Serra, o Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), o Qualifica Turismo, Programas de Gratuidade e Qualificação para Mulheres. Conta também com uma equipe que faz a captação das vagas e que fornece um indicativo da demanda do mercado para que sejam ofertados cursos de acordo com a necessidade do mercado, de maneira que no final do período letivo os alunos passam ser encaminhados aos empregadores do município. Os cursos são ofertados para todo e qualquer trabalhador, tendo prioridade aqueles de menor renda e escolaridade e os que tenham maior dificuldade na obtenção de emprego como os desempregados, mulheres chefe de família, autônomos, beneficiários de programas sociais, dentre outros (SERRA, 2014b).

O Sistema Nacional de Empregos da Serra (SINE/SERRA) funciona atualmente na SETER com o compromisso na implementação de políticas de trabalho. Oferta o serviço de atendimento ao trabalhador e especialmente ao que se encontra em situação de desemprego e que esteja recebendo o seguro desemprego. O Sistema Nacional de Empregos (SINE) prima por possibilitar o acesso dos munícipes ao mercado de trabalho. Executa também, serviços de habilitação do seguro desemprego, emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), inscrição em cursos do Qualifica Serra, além de realizar ações de encaminhamento ao emprego (SERRA, 2014c).

O encaminhamento ao emprego é realizado pelo setor de Intermediação de Mão de Obra (IMO) do SINE. O mesmo é encarregado de realizar parcerias com empregadores no intuito de possibilitar a inserção dos usuários do serviço no mercado de trabalho e também realizar o atendimento direto ao trabalhador (SERRA, 2012).

Podemos observar, a partir dessa descrição das atividades da SETER que as Políticas de Emprego por ela desenvolvidas tendem alcançar certo equilíbrio entre a oferta de vagas disponíveis e a busca por oportunidades de trabalho. Porém, como podemos identificar a partir dos dados apresentados na Tabela 01, essas ações são ainda insuficientes.

Tabela 01 – Ações e Serviços Realizados pelo Programa SETER nos Bairros, Serra (ES) – 2013¹

Ações e serviços	2013
Encaminhamentos para cursos de qualificação social e profissional - Qualifica Serra	1.220
Encaminhamentos ao emprego	1.208
Emissão de carteira de trabalho – CTPS	616
Habilitação ao seguro desemprego	52
Total de atendimentos	3.096
Total de bairros atendidos	29

Fonte: SERRA ([2014b])

¹O programa foi implantado em maio de 2013

A tabela 01 apresenta os dados referentes a uma das ações da secretaria no intuito de se aproximar do munícipe, onde os atendimentos são realizados nos bairros, saindo do âmbito da secretaria, ao todo no ano de 2013 foram realizados 3.096 atendimentos em 29 bairros, números abaixo do que se espera de um município com população de 417.893 habitantes e com alto índice de desocupados dentre os indivíduos economicamente ativos conforme será descrito e apresentado por dados estatísticos mais adiante. Porém, ponderamos sobre o período de implementação do programa que iniciou-se em maio de 2013 não tendo completado um ano de execução quando fora retirados tais dados para estatística, sendo então, considerado as ações de maio à dezembro de 2013. É sabido que com amadurecimento do programa e dada continuidade nas ações de proximidade com os munícipes é possível que este número de atendimento e encaminhamentos sejam elevados. Resta saber se a população estará apta a realizar as atividades de acordo com as necessidades das vagas oferecidas (SERRA [2014b]).

Podemos também destacar que com as inovações no mundo de trabalho conforme descrito por Antunes (2000) e tratado nesta pesquisa, identificamos aceleradas mudanças no mundo de trabalho, o que em muitos casos dificulta o acesso dos trabalhadores às oportunidades de trabalho, uma vez que a demanda é cada vez maior por trabalhadores que desenvolvam diversos tipos de atividades, os chamados, trabalhadores polivalentes, onde a especialização em determinadas

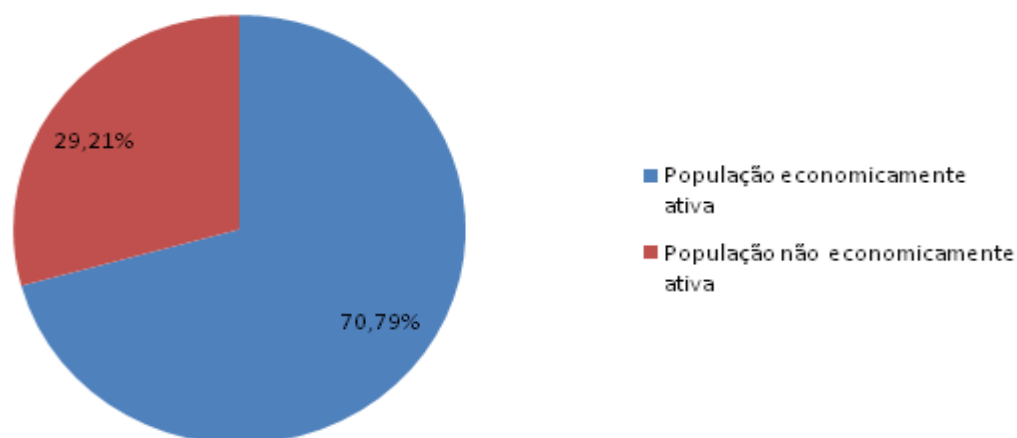
áreas passa a ser menos importante que a capacidade de desenvolvimento de diversas atividades de modo a acelerar o desenvolvimento do trabalho e reduzindo os custos para o empregador.

Sendo assim, podemos pressupor que as mudanças do mundo do trabalho apresentadas nesta pesquisa a partir de análises de estudiosos que dedicaram ao tema e que são reafirmadas neste estudo quando confrontadas com a realidade apresentada pelo município em destaque, visto que podemos inferir a complexidade da relação entre capital e trabalho e as suas faltas que culminam na emergência, tanto do mercado quanto da população, na criação de políticas de trabalho, emprego e renda no intuito de minimizar as dificuldades encontradas neste no âmbito do mercado de trabalho.

Podemos observar ainda, a partir da tabela 01 que a quantidade total de atendimentos, 3.096 apenas, refere um dado pouco significativo se levarmos em consideração o percentual de indivíduos da considerada população economicamente ativa, representada no gráfico 01, logo abaixo, que estão desocupados, totalizando em 26.403.

Entende-se por população economicamente ativa na análise estatística apresentada por Brasil ([2014?]) toda a população acima de 18 anos, e por desocupados aqueles que se encontram nesta faixa, porém não estão desenvolvendo qualquer atividade de trabalho (Brasil, [2014?]).

GRÁFICO 01 – Taxa de Atividade e de desocupação 18 anos ou mais – 2010



De acordo com a tabela 02 representada logo abaixo, quanto a distribuição do emprego formal nos municípios da Grande Vitória, contemplando Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão, em 2013 pode-se observar que o município de Serra se destaca em relação aos demais municípios comparados, no ramo de atividade da Indústria de transformação, contando com quase o dobro da quantidade de empregos neste mesmo ramo no município de Vila Velha, o segundo com maior taxa de emprego na área dentre os municípios supracitados. Também podemos observar, porém em menor intensidade, o destaque do município de Serra em relação à atividade no setor da construção civil, a qual apresenta taxa de 1,41 vezes o quantitativo apresentado pelo município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, neste caso, segunda colocada na contagem de empregos no ramo da construção civil. Em todos os demais segmentos (Extrativa mineral; serviços industriais de utilidade pública; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) observa-se que nenhum outro município da Região Metropolitana da Grande Vitória ultrapassa os dados da capital. (SERRA, [2014c])

Tabela 02 – Distribuição do Emprego Formal por Setor de Atividade Econômica na Região Metropolitana da Grande Vitória em 2012.

Setor de atividade econômica	Vitoria	Serra	Vila Velha	Cariacica	Guarapari	Viana	Fundão
Extrativa mineral	4.677	338	193	192	81	-	4
Indústria de transformação	8.167	22.913	13.540	6.771	1.597	2.713	638
Serviços industriais de utilidade pública	2.523	2.218	1.195	489	183	13	9
Construção civil	14.486	18.526	9.588	3.027	1.873	608	319
Comércio	29.959	28.282	30.083	18.444	6.769	2.970	529
Serviços	108.855	47.660	46.060	20.600	8.589	4.199	1.554
Administração pública	67.976	8.649	9.460	7.512	3.117	1.712	862
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	221	323	274	208	358	258	149
Total	236.864	128.909	110.393	57.243	22.567	12.473	4.064

Fonte: BRASIL apud SERRA [2014c].

De acordo com a descrição de atividades pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) temos que as atividades da Indústria de Transformação são aquelas que

envolvem a transformação de substâncias e materiais para formação de novos produtos, os materiais utilizados para transformação são de origem da agricultura, pesca, mineral, florestal e produto originário de outras atividades industriais (BRASIL, 2014).

Sobre a área da construção civil e sua abrangência temos que:

A área da construção civil abrange todas as atividades de produção de obras. Estão incluídas nestas áreas as atividades referentes às funções planejamento e projeto, execução e manutenção e restauração de obras em diferentes segmentos, tais como edifícios, estradas, portos, aeroportos, canais de navegação, túneis, instalações prediais, obras de saneamento, de fundações e de terra em geral, estando excluídas das atividades relacionadas às operações, tais como a operação e o gerenciamento de sistema de transportes, a operação de estações de tratamento de água, de barragens, etc. (BRASIL, 2000, p. 9).

Podemos considerar que esse destaque se deva à reunião da terça parte do Polo Industrial da Região Metropolitana de Vitória no município de Serra, sendo considerado, por esse motivo, a Serra como o maior parque industrial da região, é também sabido que o município possui vasta área para execução deste tipo de atividade em destaque (SERRA, [2009]).

De acordo com os dados apresentados por Brasil ([2014?]), a cidade da Serra apresenta no ano de 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,739, dado que a coloca no perfil de desenvolvimento humano alto, tendo apresentado também crescimento em maior escala sob o aspecto da escolaridade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) consiste em uma medida de evolução econômico e social com objetivo de avaliar a forma e desenvolvimento das políticas. Desenvolvimento humano está muito além de uma perspectiva que avalia o crescimento econômico levando em consideração apenas sua capacidade de geração de recursos e renda. O IDH almeja fazer uma avaliação mais próxima do ser humano, a partir de suas necessidades sem desconsiderar os seus anseios, oportunidades e capacidades, nessa perspectiva tem-se o foco da medida no ser humano e não apenas na renda ou crescimento econômico de maneira ampla. Podemos dizer que o desenvolvimento humano tende a identificar a qualidade de vida da população, considerando os aspectos sociais, políticos e culturais (BRASIL, 2012).

Um dado que chama a atenção, no aspecto renda neste município está relacionado à concentração da mesma. A tabela 03 nos apresenta que houve uma diminuição

significativa do percentual de indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza. Considera-se para essa análise, em condição de extrema pobreza aqueles que vivem com renda domiciliar per capita de até 70 reais, os dados afirmam que em 1991 contabilizavam 10,99% da população nesta linha e houve um decréscimo vertiginoso chegando a 1,57% em 2010. Tratando-se dos indivíduos que vivem em situação de pobreza nesta análise são considerados aqueles com renda de até 140 reais, sendo em 1991 valor de 32,49% da população decaindo para 6,10% em 2010. Porém, ainda que com esses valores que apresentam considerável melhora na situação de renda do município, podemos identificar que não houve redução da desigualdade na mesma proporção. Os dados da tabela 04 apresentam que mais da metade da renda (55,32% em 1991 reduzindo para 52,64% em 2010) está concentrada nas mãos dos mais ricos que somam 20% da população, restando dessa maneira menos da metade da renda para os outros 80% total da população (BRASIL, [2014?]).

Tabela 03 – Renda, Pobreza e Desigualdade – Serra – ES

Dados	1991	2000	2010
Renda Per Capta	329,47	472,25	705,89
% Extremamente Pobres	10,99	5,52	1,57
% Pobres	32,49	20,53	6,10
Índice de GINI	0,50	0,52	0,47

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro apud BRASIL ([2014?])

Tabela 04 – Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População – Serra – ES

População	1991	2000	2010
20% Mais Pobres	3,84	3,72	4,61
40% Mais Pobres	11,76	11,33	13,43
60% Mais pobres	24,27	23,47	26,91
80% Mais Pobres	44,68	43,47	47,36
20% Mais Ricos	55,32	56,53	52,54

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro apud BRASIL ([2014?])

Torna-se necessário, a partir dos dados apresentados até o momento, observar o rendimento mensal por domicílio para que se tenha uma visão das condições econômicas da população serrana o que poderá confirmar alguns dados apresentados até aqui.

Tabela 05 – Classe de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar – Serra – 2010

Classe de rendimento nominal mensal domiciliar	Total	Urbana	Rural
Sem rendimento	4.765	4.750	15
Até 1/4 de salário mínimo	448	445	3
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	882	876	6
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	13.784	13.567	217
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28.334	28.117	217
Mais de 2 a 3 salários mínimos	24.278	24.197	81
Mais de 3 a 5 salários mínimos	27.767	27.701	66
Mais de 5 a 10 salários mínimos	20.423	20.395	28
Mais de 10 a 15 salários mínimos	4.315	4.313	2
Mais de 15 a 20 salários mínimos	1.621	1.617	4
Mais de 20 a 30 salários mínimos	834	832	2
Mais de 30 salários mínimos	360	360	0
Total	127.811	127.170	641

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apud Serra ([2014a]).

A tabela 05 nos apresenta que no ano de 2010 o rendimento da maioria absoluta dos domicílios no município não ultrapassa 03 salários mínimos, que de acordo com a Lei nº 12.255 de 15 de junho de 2010 tem-se para 2010 o salário mínimo estabelecido por R\$510,00 (Quinhentos e dez reais). Sendo assim, 56,72% dos domicílios de Serra contam, neste período, com renda de até R\$1530,00 (Mil quinhentos e trinta reais).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (1993) realiza uma pesquisa mensal que apresenta o gasto do trabalhador, por mês, na compra de determinados produtos alimentícios a partir do aumento do custo destes.

Essa análise permite que tenhamos o conhecimento do valor necessário do rendimento do trabalhador para que ele tenha condições de manter-se financeiramente. Dessa forma o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apresenta mensalmente o valor do que seria o salário mínimo necessário.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos ([2014a]), o salário mínimo necessário no ano de 2010 apresentou alternância entre R\$1.987,26 (Um mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos) e R\$2.257,52 (Dois mil duzentos e cinquenta reais e sete e cinquenta e dois centavos). Temos então uma média de R\$2.122,39 (Dois mil cento e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos), valor este muito aquém do que foi apresentado como renda da maioria absoluta domiciliar no município de Serra neste mesmo ano.

A tabela 06 nos fornece um dado muito curioso. Identificamos a partir dos dados abaixo que o índice de preenchimento das vagas captadas pelo SINE/SERRA é extremamente baixo. Utilizando como exemplo o ano de 2010, vemos que de 15.535 vagas captadas, apenas 2.018 foram preenchidas, configurando um aproveitamento de apenas 12,99% destas vagas, dado que chama a atenção visto que no gráfico 01, apresentado anteriormente, identificamos um total de 26.403 habitantes considerados economicamente ativos que estão desocupados (SERRA, 2011).

Tabela 06 – Número de Vagas Captadas e Preenchidas pelo SINE da Serra Anualmente – 2008 a 2011¹

ANOS	2008	2009	2010	2011
Vagas Captadas	6745	7828	15535	3899
Vagas Preenchidas	1278	1253	2018	150

Fonte: Serra, 2011.

¹Informações até março de 2011

Tal análise nos leva a pensar sobre o que pode estar acontecendo no município, mas especificamente no desenvolvimento das atividades desta secretaria, para que haja essa diferença tão acentuada. Podemos apresentar duas hipóteses, uma que aponta a ocorrência de possíveis falhas na comunicação e no atendimento aos munícipes de modo que essas ofertas de oportunidades não sejam de conhecimento

daqueles que estão à procura de Emprego. E/ou em uma segunda hipótese, temos que as ofertas possam não estar condizentes à formação dos trabalhadores. O que a secretaria contesta na afirmação citada acima por SERRA (2014b) que é realizado um levantamento da demanda do mercado para oferta dos cursos de qualificação profissional. Ainda assim, seria preciso compreender que mesmo que os cursos sejam oferecidos de acordo com a demanda do mercado, pode não estar condizendo com as habilidades dos trabalhadores que acabam por se encaixar em atividades do setor informal conforme Prandi (1978) relata de que a parcela de trabalhadores no setor informal é devida à sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, tendo que dessa maneira encontrar na informalidade um meio de subsistência.

Ainda que a SETER tenha sua dedicação no intermédio da mão de obra, é importante que haja entre empregado e empregador condição de acordos que possam beneficiar a ambos. As oportunidades de emprego ofertadas pelas empresas devem condizer em questão de qualificação e habilidades exigidas e salários oferecidos para que dessa maneira o trabalhador seja valorizado, visto que conforme Marx (2013) a força de trabalho se configura em mercadoria que possui valor de troca e o seu trabalho então objetificado (MARX, 2007) deve ter o seu valor reconhecido de modo a estabelecer uma boa relação entre os interessados na troca desses valores.

Por conseguinte, segundo Tavares (2007) visto a incapacidade do capital em permitir a inserção de todos ao mercado de trabalho, a informalidade que deveria estar desagregado do sistema capitalista por não ser considerada parte de seu funcionamento, apresenta cada vez mais intensidade, sendo criadas até mesmo, políticas de incentivos para esse ramo de atividade.

Podemos identificar o incentivo ao setor informal a partir dos cursos de qualificação oferecidos pela secretaria, a tabela 07 ilustrada abaixo nos apresenta os dados referentes aos números de turmas e alunos nos cursos oferecidos pela Secretaria para qualificação profissional no ano de 2013.

Tabela 07 – Números de Turmas e Alunos por Cursos de Qualificação Profissional – Serra – ES 2013.

(continua)

Nº	Curso	Carga Horária por curso	Nº de Turmas	Nº de Alunos
Área: Alimentação			12	258
1	Auxiliar de cozinha	200	7	150
2	Cozinheiro Auxiliar	350	1	13
3	Padeiro	200	2	45
4	Salgadeiro	160	2	50
Área: Beleza e Estética			20	405
5	Cabeleireiro	350	8	152
6	Cabeleireiro	400	4	100
7	Depilador	160	2	40
8	Manicure e pedicure	160	2	40
9	Manicure e pedicure	350	1	15
10	Maquiador	160	2	40
11	Maquiador	350	1	18
Área: Comércio e Serviços			124	2815
12	Assistente de Vendas	350	1	18
13	Atendente de Laboratório de Análises Clínicas	350	1	28
14	Auxiliar Administrativo	160	8	200
15	Auxiliar de Administração de Hospitais e Clínicas	350	4	61
16	Auxiliar de contabilidade	160	4	120
17	Auxiliar de escritório (auto liderança, boas práticas na rotina administrativa)	63	8	200
18	Confeccionador de Lingerie e Moda Praia	160	4	90
19	Costureiro	160	3	60
20	Costureiro	350	1	15
21	Costureiro Industrial do Vestuário	220	3	75
22	Eletricista de Redes	220	4	207
23	Garçom	40	2	50

(continuação)

Nº	Curso	Carga Horária por curso	Nº de Turmas	Nº de Alunos
24	Informática (módulo I ao VI – windows, digitação, word, excel, internet, power point com internet)	68	9	180
25	Mecânico de manutenção de motocicletas	320	5	105
26	Montagem e manutenção de computadores	160	9	170
27	Operador de computador	160	3	53
28	Operador de Empilhadeira	40	3	60
29	Operador de Empilhadeira	160	13	345
30	Porteiro	350	1	14
31	Porteiro e Vigia	160	6	160
32	Qualificação Social	350	2	35
33	Recepcionista (guia básico da secretária)	60	8	175
34	Recepcionista de Consultório Médico e Odontológico	350	2	58
35	Técnicas de Serviços Administrativos	350	19	320
36	TELEMARKETING	350	1	16
Área: Construção Civil			35	685
37	Almoxarife	160	5	100
38	Almoxarife	350	1	15
39	Aplicador de revestimento cerâmico	180	5	90
40	Eletricista instalador predial	160	1	10
41	Eletricista instalador predial	200	1	25
42	Eletricista instalador predial	220	4	80
43	Eletricista instalador predial de baixa tensão	220	6	115
44	Eletricista Predial	200	1	20
45	Encanador e instalador predial	200	5	110
46	Pedreiro de Alvenaria	220	2	40
47	Pintor de imóveis	200	4	80

(continuação)

Nº	Curso	Carga Horária por curso	Nº de Turmas	Nº de Alunos
Área: Indústria			104	2301
48	Ajustador mecânico	200	2	40
49	Assistente de operação de logística portuária	160	6	180
50	Assistente de planejamento e controle de produção	160	3	60
51	Caldeireiro	350	2	34
52	Caldeireiro	350	2	40
53	Desenhista mecânico	160	5	100
54	Eletricista Básico	60	3	60
55	Eletricista Básico	350	2	45
56	Eletricista Industrial	220	10	175
57	Eletricista Instalador Industrial	350	1	20
58	Mecânico de Manutenção Industrial	350	2	41
59	Mecânico de Máquinas industriais	320	4	90
60	Mecânico de Motores a Diesel	160	3	70
61	Mecânico de refrigeração e climatização industrial	220	1	20
62	Mecânico Montador	350	2	46
63	NR-10	40	11	402
64	Operador de Equipamento de Guindar	160	4	80
65	Soldador de Eletrodo	350	4	81
66	Soldador MIG/MAG	350	5	93
67	Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	240	9	180
68	Soldador no processo MIG/MAG	240	9	160
69	Soldador no processo TIG em aço	240	7	120
70	Soldador TIG	350	5	117
71	Torneiro Mecânico	350	2	47
Área: Saúde			4	75
72	Cuidador de Idosos	160	3	50
73	Saúde	350	1	25

(conclusão)

Nº	Curso	Carga Horária por curso	Nº de Turmas	Nº de Alunos
Área: Transporte			5	108
74	Mecânico de Motor a Álcool e Gasolina	350	2	38
75	Motorista de produtos perigosos	280	3	70
Área: Turismo			9	690
76	Camareira	44	2	50
77	Excelência na receptividade ao turista	20	2	525
78	Fotógrafo Social	350	1	23
79	Inglês instrumental	40	1	25
80	Inglês instrumental	44	1	25
81	Organizador de Eventos	350	1	16
82	Recepcionista de Hotel	350	1	26
Total			301	7.079

Fonte: Serra ([2014a]).

Podemos observar a partir da tabela 07 que nos fornece os números de turmas e alunos por cursos de qualificação profissional oferecidos pela secretaria do município de Serra sendo em sua maioria voltados ao trabalho manual e que podem ser, dessa maneira, relacionados à informalidade, boa parte deles permite que sejam realizados em forma de trabalhos autônomos. O que nos reafirma a incapacidade do sistema capitalista de absorver todo o seu público economicamente ativo no âmbito formal de trabalho, o que compele a necessidade de formação ou qualificação profissional voltada a este tipo de trabalho para que os munícipes possam desenvolver alguma atividade que lhe permita seu sustento, ainda que esta não esteja regulamentada como um trabalho formal. A informalidade, dessa forma, se mostra como uma alternativa de sobrevivência ante a ineficiência do mercado de trabalho atual, atuando como um paliativo às políticas de trabalho e renda que tem se consolidado no sistema visto a sua emergência dentro modelo capitalista, o que segundo com Theodoro (2000) havia uma ilusão na década de 1970 de erradicação, porém, nunca ocorreu passando, o trabalho informal, a fazer parte do sistema, intrínseco ao Estado e sendo inserido como política de atendimento às

necessidades da população em relação a falta de empregos formais de acordo com a demanda do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da presente pesquisa pudemos depreender que o mercado de trabalho no contexto capitalista nos apresenta ainda baixo grau de maturidade no que se refere a sua capacidade de adequar-se as necessidades dos indivíduos nele inseridos.

De acordo com os autores em destaque no capítulo 02 desta pesquisa, que deram base e sustentação às análises realizadas no presente estudo, pudemos observar que de fato suas proposições e teorias referentes à história do capitalismo e suas tendências são reafirmadas quando analisadas a partir de um campo específico e suas abordagens e ações direcionadas ao tema debatido.

Como meios e ações para atender a população que não consegue se inserir no mercado de trabalho ante a dificuldade do capitalismo na absorção de toda a massa a SETER vem desenvolvendo atividades de intermediação de mão de obra entre população e empregadores, porém, a secretaria apresenta números baixos de ação em relação ao número da população do município e a quantidade de desempregados ou desocupados ante a população economicamente ativa do município.

Outra questão que se destaca em relação ao desenvolvimento do município é destacado a partir do Índice de Desenvolvimento Humano apresentado onde pudemos identificar certa elevação, tal que no âmbito municipal pode ser considerada significativa, mesmo ainda não tendo chegado a índices que possam ser considerados realmente positivos para a população. É relevante também aqui acentuar que conforme apresentado neste trabalho, não houve redução da desigualdade social, onde os números apresentaram que a menor parcela da população considerada parcela mais rica detêm a maior parte das riquezas sobrando a menor parte para a população mais pobre que se enquadra em número muito superior aos ricos.

Em apontamento da questão da informalidade, de acordo com o que Theodoro (2000) nos apresenta o capitalismo ideal que funcionaria pelo livre mercado com ajustes realizados pelo próprio mercado não é efetivado visto a incapacidade do sistema de se realizar dessa maneira. É então que a informalidade inicialmente apresentada como um método paliativo com vistas à extinção conforme o

amadurecimento do sistema ganha força e se torna parte do meio como uma forma de auxílio sendo até mesmo incentivado pelo Estado. Tal fato é exposto e asseverado quando neste estudo identificamos as ações do município que promove e facilita esse tipo de trabalho.

Como comprovação no que se refere ao incentivo da secretaria ao trabalho informal, vimos que a SETER oferece ao cidadão serrano facilidades de acesso ao crédito de modo que este possa investir no seu próprio negócio. E ainda mais evidente em relação ao fomento à informalidade podemos considerar em relação à oferta de cursos destacada no Quadro 03 do capítulo 03, onde a maior parte dos cursos ofertados são voltados para atividades que permitem a execução de atividades informais. São cursos que permitem à população possuir uma qualificação onde pode desenvolver atividade fora do ambiente empresarial, industrial ou formal. Atividades que o pouco investimento possibilitado ao cidadão permite um ganho que atenda de alguma forma suas necessidades individuais que o mercado de trabalho formal não consegue suprir. A informalidade então, tornou-se parte integrante do sistema capitalista de produção por estar a ele aliada de maneira a aprovisionar a sua manutenção nos âmbitos em que não consegue sustentar-se como um modelo abrangente e universal que oportunize a todos, condições de sobrevivência.

Com base nestes quesitos que podemos considerar pontos chave para a análise aqui desenvolvida, temos que mesmo apresentando dados que indicam ações da secretaria para atender a população de modo a mediar as relações entre a população desempregada e os empregadores e incentivando meios de colocação dos indivíduos no mercado de trabalho as ações são insuficientes visto a demanda do município estudado.

Sobretudo, não podemos desconsiderar a dificuldade encontrada pela secretaria para atuar no âmbito das relações de trabalho e o seu sucesso mediante muitas das suas ações. Ainda que consideremos insuficiente, temos nesta secretaria atividades que se tornam essenciais à manutenção destas relações em um município populoso e que vem apresentando crescimento vertiginoso em diversos aspectos segundo Serra (2014d), que apresenta dados de crescimento do município no que se refere à indústria, comércio, setor de serviços e turismo.

Vimos, então, a partir das análises que de acordo com as colocações de Antunes (2000), a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2000, p. 23) está cada vez mais

heterogênea e fragmentada visto a necessidade de submissão dela ao mercado que escolhe cada vez mais de acordo com sua demanda, o que muitas vezes vem em detrimento dos anseios dos trabalhadores que para se colocar no mercado de trabalho se submetem a atividades que não são de seu interesse e habilidades naturais, o que os força a procurar qualificar-se não por interesse real, mas por necessidade de trabalho como meio sustento próprio e familiar.

Fica aqui uma dúvida no que se refere a um possível desenvolvimento de novas ideias no mercado, será que haveria uma forma de atuação no âmbito do trabalho que permitiria que o mercado fosse regulado pelos desejos e anseios dos indivíduos ao invés do contrário? É sabido que são utilizados de vários meios para incutir nos indivíduos desejos de consumo cada vez maiores e por objetos que muitas vezes não são de necessidade humana, produtos e serviços desnecessários que o mercado tenta tornar essencial aos seres humanos como uma forma própria do capitalismo de obtenção de lucros. Sendo assim, será que não poderia ser realizado o contrário onde o mercado se adequasse aos desejos reais e próprios do seres humanos? E será que dessa forma não seria possibilitado aos indivíduos que desenvolvessem atividades mais prazerosas a partir de uma compreensão de sua finalidade e proximidade com suas criações? Essas e outras questões ainda não são respondidas pelo sistema de produção capitalista que se desenvolve com uma linha bastante contraditória.

Podemos dizer que os objetivos desta pesquisa foram atingidos conforme descrito no capítulo 01 deste trabalho. Foi possível a realização do estudo a partir da análise teórica do tema esboçado no capítulo 02 em confronto com a realidade apresentada no capítulo 03 que apresentou o município de Serra com suas políticas implantadas e seus resultados.

Entendemos aqui que a secretaria compreende os seus objetivos como uma forma de colocação de indivíduos no mercado de trabalho, já que é notória a necessidade individual de trabalhar para manter o seu sustento e de sua família. Para este fim, as ações se desenvolvem de acordo com a necessidade de cada um. Àqueles já qualificados para algum tipo de atividade é realizado o encaminhamento ao trabalho formal por intermédio entre empregado e empregador, ou facilitado a formação de associações ou de criação de novas pequenas empresas, de modo a contribuir para o empreendedorismo individual. Já para os que não tem uma formação que lhes

permitam alguma colocação no mercado, seja ele formal ou informal, a secretaria se dedica na oferta de qualificação profissional de acordo com a demanda de mercado. Tais ações indicam o funcionamento da secretaria com características meramente administrativas em face de que o seu foco se baseia apenas no fornecimento de alternativa ao indivíduo não levando em consideração as habilidades características de cada um, sem explorar o que aqueles indivíduos podem oferecer no desenvolvimento de atividades as quais se identifique.

Temos aqui mais uma contradição capitalista no que se refere ao estímulo ao trabalho. Se o foco do capital está enrijecido na obtenção livre e crescente de lucro, a mais condizente ação seria possibilitar ao ambiente de trabalho, meios de incentivo ao trabalho realizado com prazer, o trabalhador que sabe o que faz e gosta do que faz consegue realizar com maior precisão e agilidade criando um clima organizacional que permitam bons resultados para empresa. Essa ação poderia gerar maiores lucros conforme fim último do capital, com o crescimento dos ganhos haveria maior produção e novos empregos. Dessa maneira seria possibilitado uma melhor relação entre empregado e empregador, com uma ilustração do que seria a característica de um capitalismo que se tornou incapaz de assim se executar.

Temos, portanto, que as dificuldades apresentadas pelo município de Serra, não se configuram em contratempo exclusivo da SETER, esta se coloca na mediação de uma complexidade inerente ao capitalismo que não possui base para se regulamentar de maneira equilibrada com atendimento à todos nele inseridos.

REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Patrus. Apresentação geral. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (Org). **Guia de Geração de Trabalho e Renda**: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda. São Paulo, SP: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008, p. 8-9.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Um ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Vitória, **Argumentum**, v. 2, n. 2, 2010, p. 9 - 15.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org.). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13 - 22.
- BONELLI, Regis; VESCOVI, Ana Paula VitaliJanes. O mercado de trabalho no Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (org.) **Introdução**. Vitória: Bios, 2010, p. 09 – 27.
- BRASIL.Ministério da Educação. **Educação Profissional**: Referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília 2000.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema de Informações para Acompanhamento das Negociações Coletivas no Brasil.In: OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. **Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho**: trajetória e dilemas atuais. São Paulo: Dieese, 2007.
- _____. **Lei Nº 12.255, de 15 de Junho de 2010**. Brasília 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm>. Acesso em: 19 Out. 2010.
- _____. Programa das nações unidas para desenvolvimento (PNUD). **O que é Desenvolvimento Humano**. Brasília, 2012.Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso: 11 out. 2014.
- _____. _____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**: Perfil Municipal Serra ES. Brasília, [2014?]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/serra_es#renda> Acesso em: 11 out. 2014.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Comissão nacional de classificação.**CNAE 2.0**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/secao.asp?codsecao=C&TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0> Acesso em: 08 out. 2014.
- CAPELAS, Estela; HUERTAS NETO, Miguel; MARQUES, Rosa Maria. Relações de trabalho e flexibilização. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro

Jansen (org.) **O Brasil Sob a Nova Ordem**: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 217 – 244.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Dialética da Mercadoria**: Guia de leitura de Marx. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00014074961df057c938d>>. Acesso em: 26 set. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Cesta Básica Nacional**: Metodologia. [S.l.: s.n.], 1993. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 18 Out. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Cesta Básica Nacional**: Salário mínimo nominal e necessário. [S.l.: s.n., 2014]. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 18 Out. 2014.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Guia de Geração de Trabalho e Renda**: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda. São Paulo, SP: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital e Fetichismo**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. Desestruturação do Trabalho e Política Social. In: PEREIRA, Potyara Amazonida Pereira et al. (Org.). **Política Social, trabalho e democracia em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. p. 97-118.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do Ser Social**: Os princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf> Acesso em: 20 Ago. 2014.

MARX, Karl. Trabalho Alienado. In: _____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Transcrito por Oliveira, Alexandre Moreira. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1, Volume I. 25 ed. Rio Janeiro: Centauro Editora, 2013.

MINAYO, Maria Cecília De Souza. Análise qualitativa: teoria, passos fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 621-626, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. A política social e a radicalização do moderno. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira et al. (Org.). **Política social, trabalho e democracia em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. p. 51-80.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P.; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI et al. (Org.). **Capitalismo em crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010, p. 106 – 130.

PRANDI, José Reginaldo. **O Trabalho por Conta Própria Sob o Capital**. 1. ed. São Paulo : Edições Símbolo, 1978.

PUPO, Maria Bernadete. **Trabalho e emprego**: conceitos distintos. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2007/04/09/424906/rabalho-e-emprego-conceitos-distintos.pdf>>. Acesso em 26 Out. 2014.

REIS, Maurício Cortez. O mercado de trabalho no Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (org.) **Espírito Santo**: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória: Bios, 2010, p. 399 – 422.

SERAINE, Ana Beatriz Martins dos Santos. O empreendedorismo no contexto da reestruturação produtiva: um novo mecanismo institucional para enfrentar o desemprego?. In: SERAINE, Ana Beatriz Martins dos Santos; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos Santos; MIYAMOTO, Shiguenoli. (Org.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Teresina: Unijuí, 2008 p. 271 – 287.

SERRA. Prefeitura Municipal da Serra. **Serra em Números**: Indicadores Sociais e Econômicos do Município. Serra, [2009].

_____. Secretaria de Planejamento Estratégico. **Anuário Municipal de Dados**. Serra, GSA Gráfica e Editora, 2011.

_____. **Intermediação de Mão de Obra.** Serra, 2012. Disponível em:
<http://www.serra.es.gov.br/seter/sine/imo_intermediacao_de_mao_de_obra>. Acesso em 20 Out. 2014.

_____. **O que Fazemos.** Serra, 2013. Disponível em:
<http://www.serra.es.gov.br/seter/o_que_fazemos>. Acesso em 06 Out. 2014.

_____. **Conheça a Serra.** Serra, 2014a. Disponível em:
<http://www.serra.es.gov.br/setur/conheca_a_serra>. Acesso em 08 Out. 2014.

_____. **Qualifica Serra.** Serra, 2014b. Disponível em:
<http://www.serra.es.gov.br/seter/qualifica_serra/o_que_e>. Acesso em 10 Out. 2014.

_____. **Sine.** Serra, 2014c. Disponível em:
<http://www.serra.es.gov.br/seter/sine/o_que_fazemos>. Acesso em 12 Out. 2014.

_____. **Economia, Negócios, Emprego e Infra Estrutura para o desenvolvimento.** Serra, 2014d. Disponível em:
<http://www.serra.es.gov.br/seplae/planejamento_estrategico/agendas/agenda_21/agenda_21_2000_2020/Serra%2021%20-%20Documentos/documento_sintese/capitulo_2_a_serra_do_ano_2000_o_diagnostico/2_2_economia_negocios_emprego_e_infraestrutura_para_o_desenvolvimento>. Acesso em 12 Out. 2014.

_____. **Serra em Números.** Serra, [2014a]. Disponível em:
<http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=19>. Acesso em: 08 out. 2014.

_____. **Serra em Números.** Serra, [2014b]. Disponível em:
<http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=24&sec=equipamentos>. Acesso em: 08 out. 2014.

_____. **Serra em Números.** Serra, [2014c]. Disponível em:
<http://app.serra.es.gov.br/info_municipais/index.php?menu=24&sec=dados>. Acesso em: 08 out. 2014.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em:
<<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2014.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: Os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 7, p.49-60, 2007. Disponível em:
<http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_06.pdf> Acesso em: 29 set. 2014.

THEODORO, Mário. A bases da política de apoio ao setor informal no Brasil. Brasília, 2000. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil.** Disponível em:

<http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0762.pdf> Acesso em: 05 out. 2014.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 0, p. 55-62, nov. 2004.